

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
FACULDADE DE DIREITO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A ATIVIDADE AGROECOLÓGICA COMO INSTRUMENTO MOTIVADOR
CAPAZ DE CONCILIAR MEIO AMBIENTE, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E
JUSTIÇA SOCIAL**

Maiara Frantieska Fernandes – 42274

Rio Grande
2015

MAIARA FRANTIESKA FERNANDES

**A ATIVIDADE AGROECOLÓGICA COMO INSTRUMENTO MOTIVADOR
CAPAZ DE CONCILIAR MEIO AMBIENTE, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E
JUSTIÇA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Direito da Universidade Federal
do Rio Grande (FURG).

Orientador: Prof. Dr. Francisco Quintanilha

Rio Grande
2015

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância da Agroecologia como forma de preservação e conservação do meio ambiente e como meio de crescimento sustentável do meio rural e de valorização do pequeno produtor e da agricultura familiar. A partir de práticas agrícolas ecológicas, que visem o manejo consciente da produção de alimentos, é possível alcançar não apenas a soberania alimentar dos países – inclusive daqueles mais pobres –, mas também a justiça social, cuja presença se torna cada vez mais imprescindível para aqueles que tiram seu sustento do campo. Entretanto, tal transformação não se dará apenas com a aplicação de novas práticas de produção; são necessários também incentivos por parte dos governos, reconhecimento do trabalho dos pequenos agricultores, leis com garantias de proteção ambiental mais reais e fiscalizações e punições mais eficientes para as práticas que deterioram os meios naturais. Esta pesquisa apresenta os benefícios da Agroecologia e evidencia a necessidade de sua adoção na agricultura, pois seu exercício se reflete em desenvolvimento sustentável, alimentos saudáveis e meio ambiente equilibrado; isto é, em qualidade de vida para todos.

Palavras-chave: Agroecologia. Ambiente. Produção.

ABSTRACT

The follow study aims to demonstrate the importance of Agroecology as a mean of preservation and conservation of the environment and as a resource of sustainable growth of rural areas and valorization of small farmers and family farming. From ecological agricultural practices, aimed at the conscious management of food production, it is possible to reach not only the food sovereignty of countries - including the poorest ones - but also social justice, whose presence becomes increasingly indispensable for those who make their living from the countryside. However, such a transformation will not happen only with the application of new production practices; It is also needed incentives by governments, recognition of the work of small farmers, laws with more realistic environmental protection guarantees and more efficient controls and penalties for practices that damage the natural environment. This research shows the benefits of Agroecology and highlights the need for their adoption in agriculture, because exercise is reflected in sustainable development, healthy food and a balanced environment; that is, life quality for everyone.

Key-words: Agroecology. Environment. Production.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 AGROECOLOGIA E SUA IMPORTÂNCIA COMO PRÁTICA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	6
1.1 HISTÓRICO E PROBLEMAS	11
2 MEIO AMBIENTE, AGRICULTOR E ESTADO	19
2.1 PROJETOS AGROECOLÓGICOS QUE DÃO CERTO	28
2.1.1 Pastoreio Racional Voisin	28
2.1.2 O sucesso de Cuba	32
2.1.3 As propostas brasileiras	35
2.1.4 A corrente ecossocialista no Brasil	39
3 O PROBLEMA DA SOBERANIA ALIMENTAR	44
3.1 O DIREITO A FAVOR DA AGROECOLOGIA	51
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

INTRODUÇÃO

O vigente trabalho tem como tema a Agroecologia como meio de transformação social através da revitalização das práticas agrícolas, baseada no somatório das culturas de cultivo tradicionais com as novas tecnologias.

Essa inovadora perspectiva ecológica da agricultura é fundamentada nos princípios do Direito Ambiental, pois tem por objetivo a preservação e a conservação dos meios naturais que servem de sustento para o homem.

Questiona-se aqui como a Agroecologia pode interagir na relação do homem com a natureza e quais os benefícios que esse tipo de prática consegue trazer para o meio rural.

Em um primeiro plano, apresenta-se o histórico da relação ser humano/meio ambiente e apontam-se fatos importantes da história da agricultura no Brasil, com destaque para as mudanças jurídicas.

No capítulo inicial, uma breve análise do vínculo entre o homem e a agricultura busca expressar os motivos que fazem da Agroecologia a melhor alternativa para a preservação dos meios naturais. Também se menciona os danos causados pelo modelo de produção agrícola predominante atualmente e como seus efeitos afetam a biodiversidade.

Em seguida, se aborda o papel e a responsabilidade do Estado inerente às consequências trazidas pelo Agronegócio aos pequenos produtores e às soluções que beneficiariam a todos.

No capítulo 2, a ênfase é para a relação do agricultor com o meio ambiente e com o Estado; as transformações sofridas pelas populações rurais com a modernização do campo e o fato da Agroecologia apresentar resultados positivos quando adotada. Para isso, são destacados exemplos que obtiveram êxito através da aceitação de práticas agroecológicas, como o Pastoreio Racional Voisin, o Movimento de Camponês em Cuba e a influência do Ecosocialismo no trabalho de Chico Mendes.

No capítulo 3, o ponto principal é o problema da segurança alimentar enfrentado atualmente e como a colaboração da Agroecologia é imprescindível para a garantia da soberania alimentar dos países que seguem seus ditames.

Em segundo plano, há uma análise das principais medidas jurídicas adotadas pelo Brasil para a valorização das práticas ecológicas no manejo agrícola e para o reconhecimento do trabalho da agricultura familiar.

Por fim, um debate conclusivo à cerca da importância da Agroecologia para a mudança do atual cenário de degradação ambiental – que é global –, e sobre os benefícios trazidos pela mesma, como podem se refletir em dignidade humana e justiça ambiental e colaborar para mais transformações sociais.

1 AGROECOLOGIA E SUA IMPORTÂNCIA COMO PRÁTICA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

O mundo vive em constante transformação: fenômenos naturais devastadores, aumento populacional, migrações causadas por guerras e conflitos armados, esgotamento dos centros urbanos, mudanças definitivas nas paisagens naturais causadas pela poluição. Todas essas alterações se refletem na demanda por alimentos e causam desajustes em todo o sistema alimentar do planeta.

Dessa forma, pensar o fortalecimento do campo vai além das práticas agrícolas. É preciso, também, lidar com a educação ambiental do agricultor, para que este adquira uma consciência ecológica que colabora para o seu crescimento e para o da sua produção. Este incentivo ao indivíduo, ao agente responsável pelo manejo das áreas rurais, traz consigo desenvolvimento econômico para toda a região onde o mesmo está inserido e se traduz em sustentabilidade, preservação, emprego e progresso regional.

Ou seja, se faz necessária a aplicação de um novo padrão de desenvolvimento com viés ecológico bem fortalecido, garantidor de um ambiente adequado e equilibrado, que proporcione a todos a qualidade de vida prevista na Constituição Federal. Além disso, este progresso precisa, também, estar alicerçado em leis cuja eficácia seja realmente percebida por aqueles que precisam dessas garantias: as populações afetadas diretamente pelo desgaste dos recursos naturais.

Porém, é preciso lembrar que a responsabilidade pela preservação do meio natural não é apenas do Estado. É, também, dever do indivíduo e da coletividade o respeito à natureza e às leis ambientais, assim como a sua participação na produção da qualidade de vida.

Os deveres humanos para com a natureza têm consequências diretas na própria dignidade do homem, pois impactam a vida de todos tanto para o bem quanto para o mal e, sendo assim, é preciso que o cidadão responda pela proteção e manutenção do meio ambiente. É por essa razão que a conscientização ambiental, inserida no Princípio da Participação – no artigo 225, inciso VI, da Constituição Federal – deve ser presença constante na relação entre o homem e a natureza.

A ligação mais direta entre homem e natureza se dá através da atividade agrícola. O mau manejo do solo, principalmente pelo uso de insumos e fertilizantes,

e a conseqüente escassa produção de alimentos, a falta de incentivo à agricultura familiar e a apropriação do espaço dos pequenos agricultores pelos grandes produtores, deterioram essa união e desencorajam os trabalhadores mais humildes.

Hoje, a questão agrária não se refere apenas ao uso da propriedade. Sua abrangência é mais ampla: está essencialmente ligada à segurança alimentar, ao direito à alimentação de qualidade e à dignidade humana, onde o campo é o principal cenário.

A alternativa que ganha força e se mostra como um ótimo instrumento na busca pela transformação do meio ambiente rural, com estímulo aos pequenos produtores e à preservação ambiental, é a Agroecologia, que nas palavras de Alessandra Silva de Souza (2009, p.1) é:

[...] uma forma de enfrentamento no campo, que retoma, reformulando, os aspectos fundamentais da questão agrária, ainda que enfatizando a busca de autonomia e diversidade, a discussão entre segurança e soberania alimentar, e o questionamento do discurso da sustentabilidade.

Em outras palavras, a Agroecologia é uma forma de produção agrícola que visa agregar os objetivos da soberania alimentar com os da soberania do Estado, com o intuito de alcançar justiça ambiental e social ao reconfigurar as técnicas para que busquem recuperar e conservar a agrobiodiversidade.

Para assegurar a autonomia e a diversidade, a Agroecologia uniu as tradições e culturas regionais com as técnicas modernas da prática agrícola, a fim de obter uma produção de alimentos sadios sem agredir o meio ambiente nem esgotar os recursos naturais, ao promover o desenvolvimento agrícola sustentável de caráter social e inclusivo.

É uma nova forma de interagir com a natureza, de usufruir de um bem natural, sem fazer uso de meios destrutivos e com respeito às práticas tradicionais. Como defende WORSTER (apud ALTIERI, 2003, p. 32):

Muitas práticas agrícolas, outrora consideradas primitivas ou mal orientadas, estão sendo reconhecidas como sofisticadas e apropriadas. Confrontados com problemas específicos de declives, enchentes, secas, pestes, doenças e baixa fertilidade do solo, pequenos agricultores em todo o mundo desenvolveram sistemas de gerenciamento único para superar essas restrições.

Isso significa que o aproveitamento dos conhecimentos locais e dos hábitos característicos da região onde se desenvolverá a agricultura agroecológica se faz muito importante na preservação dos meios naturais, pois os praticantes das atividades tradicionais são quem melhor conhecem a natureza do respectivo lugar, os efeitos das estações do ano, a capacidade produtiva daquele solo, saberes que fazem com que se adaptem a estas condições e utilizem, muitas vezes, o que a própria natureza fornece para o manejo das suas produções.

Historicamente, as práticas agrícolas eram voltadas para o consumo próprio das pessoas que cultivavam os alimentos produzidos; ou seja, predominava a agricultura de subsistência, que superava as modificações sofridas pelo meio ao qual era implantada e se adaptava aos limites da natureza, como a baixa fertilidade do solo desgastado, as mudanças climáticas e a ação de animais.

É por essa razão que o reconhecimento das condutas habituais antigamente exercidas no campo se faz tão importante. É valorizar a sabedoria de quem realmente tem conhecimento, o que favorece o incentivo para as futuras gerações – inclusive as que viverão do trabalho rural - manterem as tradições que colaboram na preservação do meio ambiente.

A modernização dessas práticas, que se deu pelo uso, principalmente, de maquinários e ferramentas mais tecnológicas, trouxe avanços para o meio rural; entretanto, acarretou também mudanças destrutivas para o ambiente natural, e muitas vezes, não se mostrou tão eficiente quanto os costumes tradicionais.

Os promotores da ideologia da agricultura convencional se enriquecem cada vez mais à custa da desgraça econômica dos pequenos produtores, da dilapidação ambiental e do agravamento de problemas sociais. Já a produção ecológica desenvolve tecnologias limpas, capazes de amenizar aqueles impactos e gerar ganhos aos agricultores.

Paralelo ao fracasso dos métodos convencionais, a Agroecologia propõe técnicas que almejam a solução para os problemas agrícolas; ela trabalha sobre as causas desse insucesso, e não em cima das suas consequências.

Verificou-se que através da integração agroecológica é possível produzir mais numa área e torná-la assim mais estável, resistente a mudanças climáticas, uma das mais importantes características da agricultura sustentável. Além de não atentar contra a saúde humana, esse tipo de prática agrícola é autônoma, porque não depende de insumos nem de fertilizantes importados.

As produções precisam ter sempre como aporte energético a energia solar, o que hoje deve ser encarado como uma necessidade, mesmo que o investimento seja alto e os resultados só sejam sentidos em longo prazo. Contudo, existe a certeza do retorno positivo e muito significativo.

A nova perspectiva da agricultura objetiva uma transformação alicerçada nas ideias de produção consciente, cidadania do pequeno trabalhador rural e função social da propriedade, em que esta última se converta em função socioambiental da propriedade, para que o equilíbrio ecológico do meio ambiente, previsto na Constituição Federal, seja alcançado.

Na busca por formas de manejo do meio natural para a produção de alimentos, sem agressões à natureza ou extinção dos recursos, surgiu a Agroecologia, que é justamente a união dos conhecimentos tradicionais e culturais com as técnicas modernas de agricultura.

A Agroecologia é tanto uma ciência, por visar sempre o domínio e o conhecimento das atividades que pelo produtor serão executadas, como um conjunto de práticas ecologicamente equilibradas e sustentáveis, cujo resultado é uma produção limpa e um solo equilibrado e resistente.

Ao contrário do sistema convencional, linear e baseado em receitas¹, a Agroecologia defende um método de produção totalmente sustentável, sinônimo de alta produtividade a baixo custo, com aumento de renda e qualidade de vida para o agricultor, sem o uso de insumos químicos e fertilizantes desde sempre usados pelo Agronegócio.

É mais resistente às mudanças climáticas e tem o poder de sobreviver e de se restabelecer diante de erosões, secas e inundações. Também tem a capacidade de afastar os predadores e as doenças que podem afligir a população, além de assegurar a característica da sustentabilidade pelo fato de não depender de energia fóssil.

A Agroecologia apresenta, com isso, resultados muito satisfatórios em relação aos danos ambientais causados pelos humanos quando comparada a outros métodos de exploração agrícola.

¹Receitas são os modos-padrão seguidos na agricultura; ou seja, utilizam o mesmo método de produção para todos os cultivos, através da monocultura. É um sistema viciado, pois não diversifica a produção como a Agroecologia faz através da rotação de culturas (policultura).

O Estado, a legislação, os mercados e o desenvolvimento tecnológico ajudaram a impulsionar a agricultura baseada nas monoculturas, logo, a Agroecologia carece também de apoio e incentivo.

São cada vez mais intensos os movimentos sociais que buscam o desenvolvimento amparado pela Agroecologia e há - mesmo que pequeno - certo esforço do governo para a inserção deste tema nas políticas públicas do país, fruto do apelo de algumas entidades que defendem a sustentabilidade do campo.

Isso demonstra que a transição da agricultura para o modo de produção sustentável é de vital importância, tanto para a conservação da biodiversidade como para a preservação das gerações futuras, a fim de produzir desenvolvimento econômico e social, principalmente no que se refere à qualidade alimentar.

O que se precisa hoje é de disseminação dessas práticas agroecológicas, pois uma melhor recepção desses modos de produção sustentáveis só é possível mediante apoio governamental que oportunize bens públicos àqueles que desejam implantar a Agroecologia como meio de produção; e não como vem acontecendo, ao subsidiar insumos sem o devido investimento em pesquisa sobre produção agrícola sustentável.

Os estudos nessa área também precisam de incentivo, porque a atividade agroecológica, para atingir seus objetivos, necessita - além de conhecimento e investimento - de infraestrutura e créditos que somente podem ser disponibilizados pelo Poder Público. Todavia, o que se tem é outra realidade: ou os recursos não chegam ao campo, ou são desviados de seu destino ou, ainda, são investidos na iniciativa privada.

Mesmo com muito aprendizado, a fim de desenvolver técnicas sustentáveis, seus adeptos encontram naqueles que se dizem “defensores da nação” certa resistência para que sejam adotados métodos diferentes dos convencionais, que até então só trouxeram empobrecimento ao pequeno agricultor, dependência de empréstimos bancários para a manutenção de suas produções, êxodo rural, dilapidação dos recursos naturais, contaminação da água e do solo, envenenamento dos alimentos, além de muitos outros problemas que afetam direta e indiretamente as sociedades mundo afora.

Por isso, e diante da oposição do Estado e do desinteresse de muitos, é cada vez mais urgente propor vias para o desenvolvimento de uma agricultura

ecologicamente correta, que traga benefícios econômicos e sociais a todos que fazem parte dessa cadeia produtiva: produtores, distribuidores e consumidores.

Para isso, deve haver apoio por parte do Estado através de políticas públicas que incentivem a adoção da Agroecologia como o modo de produção preponderante, incluindo-a em programas, disponibilizando recursos públicos e promovendo a inclusão dos agricultores ao mercado.

A Agroecologia apresenta resultados positivos também para a economia: usa bastante mão-de-obra no momento da implantação de suas técnicas. Para o governo, é muito menos oneroso gerar um emprego no campo do que na cidade, motivo pelo qual os maiores investimentos em produção alimentar deveriam estar voltados para o meio rural que, além dos retornos econômico, social e ambiental, exige menos da máquina pública.

1.1 HISTÓRICO E PROBLEMAS

Há algumas décadas, o meio ambiente se tornou o protagonista de inúmeros debates, principalmente na área jurídica. Isso aconteceu em razão do estado de devastação que os meios naturais vêm enfrentando ao longo do tempo em decorrência da ação humana.

Na década de 70, a preocupação com a preservação do meio ambiente ganhou força com a realização de conferências sobre a dimensão dos danos causados a ele. Com a popularização do tema, o meio ambiente passou a ser considerado sujeito de direitos e hoje possui uma gama de tratados, normas e pesquisas voltados para si.

O homem sempre dependeu – e ainda depende – da natureza para sua sobrevivência. A agricultura foi e é um dos meios mais importantes através dos quais o ser humano consegue assegurar a sua subsistência. A sua prática acompanha o desenvolvimento humano desde a Antiguidade, e o cultivo agrícola foi também o canal de sobrevivência que possibilitou ao homem a convivência em grupos organizados, que mais tarde se transformariam nos centros urbanos.

A história da agricultura no Brasil tem períodos bem determinados. Por ter sido colônia de Portugal, durante muito tempo o país teve sua economia voltada para a exportação de produtos específicos, como pau-brasil e ouro. A agricultura era uma atividade quase que exclusivamente indígena no início da colonização, mas

com o aumento da população ocasionado pela chegada dos lusitanos e com o processo da urbanização do país, a prática agrícola ganhou força.

Porém, a atividade rural só começou a receber incentivo a partir dos anos 30. Até então, temas como infraestrutura das áreas de plantio agrícola, educação e profissionalização das pessoas que viviam em zonas rurais não estavam presentes nas políticas públicas voltadas para o setor rural, onde quem figurava era o dono das terras e não o trabalhador, o agricultor.

Na década de 60, no Brasil, o debate com relação ao campo ganhou força, e surgiram as primeiras propostas de reforma agrária, pois a atividade agrícola não conseguia mais atender à demanda gerada pelas necessidades de mantimentos por parte da população, situação que causava, em algumas localidades, escassez de alimentos que não eram produzidos aqui.

Com a criação da EMBRAPA, na década de 70, o cenário agrícola começou a mudar em virtude de maior destaque ao desenvolvimento agrário de acordo com a região e com o incentivo à exportação dos produtos agrícolas cultivados no país.

Em 1981, com a publicação da Lei nº 6.938, foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a qual resultou em uma nova visão de meio ambiente, preservação e proteção dos recursos naturais.

Já em 1988, a Constituição Federal trouxe mais avanços: o artigo 170, em seu inciso VI, elevou a defesa do meio ambiente ao status de princípio; e o artigo 225 instituiu o meio ambiente como bem de uso comum do povo, o que o tornou objeto de direitos e deveres.

Antes disso, a preocupação com o meio ambiente já crescia bastante no plano internacional com a adoção de vários tratados voltados para a preservação e proteção dos recursos naturais. A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi um marco do Direito Ambiental e abriu caminho para o debate e a divulgação do tema.

A conscientização da sociedade de que a preservação dos recursos naturais, aliada a uma agricultura eficiente que colabora para a conservação do meio ambiente, que não utiliza o mesmo apenas como fonte de recursos e respeita suas limitações, também é extremamente necessária.

Isso é preciso devido ao fato da relação entre o homem e a natureza ter de estar alicerçada em um mínimo existencial capaz de garantir um ambiente justo em todas as suas formas (natural, cultural, laboral e artificial). Este lugar, garantidor do

mínimo existencial, deve ser ecologicamente equilibrado e refletir o princípio da dignidade humana em sua potência máxima.

Assim, é indispensável repensar o uso da tecnologia no meio ambiente, de maneira que os recursos naturais não sejam esgotados a fim de satisfazer a ganância por riquezas, a exploração desenfreada e o consumo exagerado, pois, da mesma forma que os humanos são afetados pela natureza, a natureza é afetada pela ação humana.

Na tentativa de reverter a situação degradante em que o meio ambiente se encontra, surgiram novas alternativas em busca de uma maior preservação e de uma melhor qualidade de vida, justamente por serem estes os objetivos do Direito Ambiental. Entre as novas perspectivas está a Agroecologia, que visa a prática da agricultura em consonância com os preceitos ecológicos.

A Agroecologia é algo maior que uma ciência integradora. É, principalmente, um movimento social e político que tem por objetivo um meio ambiente sustentável e protegido, garantido por leis e políticas públicas eficientes, que possa ser um local de trabalho estável e de economia consciente e palco de uma sociedade mais justa.

Ou seja, não é apenas uma nova forma de se enxergar e praticar a agricultura, mas também, é um meio de transformação socioambiental que interage com todos os setores da sociedade, desde a educação até a economia, e atinge diretamente os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Além dessas razões, a Agroecologia é um ponto importante a ser debatido no âmbito do Direito Ambiental, pois traz consigo os principais princípios ambientais e constitucionais e a essencialidade da aplicação dos mesmos em um setor da sociedade que ainda se encontra carente de atenção e investimentos: rural.

É evidente que nenhum progresso será sustentável se não conciliar a premissa econômica com fatores sociais - como geração de renda e valorização da dignidade humana, com o devido amparo à população através do acesso a alimentos de qualidade - e ambientais, de forma a proteger o ambiente e seus recursos naturais para que não se esgotem.

A busca por uma agricultura de qualidade, que seja sustentável humanamente e ambientalmente, já é realidade em alguns países como a Dinamarca, mas a resistência à sua realização está, em grande parte, no desconhecimento do manuseio e do alcance das técnicas ecologicamente corretas. Este receio é consequência da ausência do estímulo governamental à pesquisa, já

que a carência é sentida pelos produtores também na falta de financiamentos e de políticas públicas que possam fazer com que eles continuem tocando suas pequenas produções.

De acordo com a Convenção de Johannesburgo, realizada pela ONU em 2010, o desenvolvimento sustentável se baseia em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental; o mesmo já havia sido definido na Conferência Rio-92 e posteriormente na Rio+20.

Através do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, criado em 1972 pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia – a ONU visou articular todos os países, incluindo os desenvolvidos e instituições, na defesa do meio ambiente.

O PNUMA ficou conhecido como um “divisor de águas” nas tratativas referentes ao meio ambiente, porque foi a primeira convenção que tratou de forma global a problemática ambiental, evento que ficou conhecido por toda a humanidade.

Segundo o relatório do PNUMA, a economia verde é aquela que procura gerar diversas oportunidades para desenvolvimento econômico e diminuição da pobreza sem liquidar ou acabar com os bens naturais de um país.

A Rio+20, que aconteceu em 2012, duas décadas depois da Rio-92, foi uma revalidação dos compromissos firmados na Conferência Rio-92, diante do imenso desgaste ambiental com profundas consequências sociais e econômicas que muitos países do mundo têm sofrido. Ficou decidido na primeira Conferência, e reiterado na segunda, que as atenções estariam voltadas aos países subdesenvolvidos, os quais deveriam passar a investir num modelo sustentável de agricultura que começasse a utilizar energias provenientes de fontes renováveis, como a solar, e que recebessem estímulo e financiamentos públicos para isso. Isto, na prática, pouco aconteceu, e se ocorreu ou está ocorrendo, é de forma muito lenta.

Dessa forma, a conciliação entre a atividade agroecológica e meio ambiente se transforma, na realidade, em conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, além de tornar possível, por parte das pessoas que vivem no campo, o exercício pleno de seus direitos e a tomada do seu lugar na sociedade enquanto agente colaborador para o desempenho do país.

O que o Estado, como agente garantidor dos direitos de sua nação, deve ter em mente é exatamente o que a história já provou: não há a possibilidade de haver

desenvolvimento social sem uma política eficaz de proteção ao meio ambiente, ambos apoiados no princípio da dignidade humana.

Há, porém, um desconhecimento a respeito do que, de fato, propõe a Agroecologia. Existe uma confusão com relação à sua real finalidade: muitos pensam que seria uma “volta às enxadas”, ou um retrocesso; outros acreditam ser impossível sua produção em grande escala, limitando-se tão somente à geração artesanal. Essa insciência é fruto da falta de fomento da pesquisa e de políticas públicas que programem e estimulem uma prática vital mais saudável às pessoas.

Como afirma SOUZA (apud CAPORAL e COSTABEBER, 2009, p. 13):

Há uma confusão na **interpretação conceitual**. A Agroecologia não é uma única técnica, por isso não constitui mercado específico, mas sim agrega formas de produzir e ofertar produtos agrícolas ‘limpos’ ou ecológicos, em oposição ao pacote da Revolução Verde. Diversas interpretações vinculam a Agroecologia com ‘uma vida mais saudável’, ‘uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho’, ‘uma agricultura socialmente justa’, ‘o ato de trabalhar no meio ambiente preservando-o’, ‘o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta e animais’, um ‘novo equilíbrio nas relações homem-natureza’, quando na verdade a Agroecologia é a junção de todos estes aspectos. [**Grifo nosso**]

Para alguns especialistas da área, a Agroecologia é uma ciência que estuda e busca explicar o funcionamento dos agroecossistemas. Para outros, a palavra Agroecologia refere-se a princípios – e não receitas – que guiam as práticas agronômicas e produtivas que permitem produzir alimentos sem agrotóxicos.

As dúvidas e o desinteresse a respeito da adoção da Agroecologia e do consumo de seus produtos geram um equívoco à cerca da real proposta dessa alternativa, que se demonstra na prática: na busca de combater a pobreza, muitas entidades saem em defesa de práticas agrícolas sustentáveis sem sequer ouvir quais são as necessidades dos camponeses, que são quem realmente produzem e vivem da renda desse tipo de trabalho.

No atual cenário de crise econômica e social, a Agroecologia ganhou força. Seu movimento começou por pequenos agricultores que eram excluídos pela invasão do capitalismo no campo através do Agronegócio – que se baseia na agricultura convencional - e passavam a produzir em menor escala e em âmbito local, o que lhes proporcionava um retorno financeiro muito aquém do investimento que faziam em suas produções.

A agricultura convencional, que faz uso de máquinas agrícolas e de insumos e fertilizantes de síntese química em sua produção, substâncias essas muito agressivas ao meio ambiente, se instalou como modo de cultivo dominante através do capitalismo de produção, e beneficia tão somente os latifundiários e as multinacionais. Ela foi concretizada por meio do modelo vigente, o Agronegócio. Quem opta por este padrão é totalmente dependente destes produtos, provenientes, em grande parte, de transnacionais que fazem seu mercado no Brasil, um dos países que mais consome veneno na agricultura.

O modelo convencional visa a quantidade e o lucro, e ao tirar do agricultor a autonomia do manuseio e rumo da sua atividade, o faz vítima do sistema da máxima produção em menos tempo, e ele acaba por não ser mais o dono da sua terra. É um meio de produção que causa o empobrecimento do produtor, mesmo tendo resultados imediatos, pois é uma atividade muito mais onerosa a ele e agressiva ao meio ambiente.

Já a Agroecologia deixa os pequenos e médios agricultores como donos de suas terras, e traz a eles independência, já que não necessitam de insumos químicos e fertilizantes, tão pouco de energia fóssil, para o sucesso de sua produção.

Isso tudo ainda deixa o custo da produção mais acessível e com maiores índices de produtividade, se comparado ao Agronegócio, além de não poluir o ambiente e não esgotar os recursos naturais e a biodiversidade.

Assim, a Agroecologia passou a ser vista como um caminho, já que veio com a proposta de confrontar o modelo convencional vigente.

SOUZA (apud SILVA, 2009, p. 128) questiona o tipo de enfrentamento atual ao modelo agrícola hegemônico - linear, mecanizado e altamente dependente de insumos químicos e fertilizantes agressivos - que vem se consolidando, ainda que de maneira lenta, no campo. Esse enfrentamento tem, precisamente, um caráter econômico, pois visa à alteração do modo de produção agrícola vigente, o que traria consequências diretas para a economia do setor. Tem-se, dessa forma, um conflito entre a Agroecologia versus o Agronegócio.

Entretanto, os efeitos dessa dialética têm, com certeza, alcance político, ambiental e jurídico, pois, com a possível predominância de práticas sustentáveis agrícolas no campo, a política teria que se ajustar às suas necessidades – como, por exemplo, apoiando a reforma agrária e a redistribuição justa de terras – a fim de

atender a população rural; o ambiente precisaria de meios mais eficazes de proteção e de maior fiscalização dos mesmos para se manter preservado para as gerações futuras; e o Direito teria de criar normas que realmente garantissem a valorização das novas práticas agroecológicas e da agricultura familiar.

Souza levanta a questão sobre o enfrentamento porque o debate vai além da possibilidade da troca de um modo de produção por outro: é preciso ter em mente o tipo de desenvolvimento econômico que se quer para, então, se pensar quais técnicas e tecnologias são as mais adequadas aos tipos de solo, aos alimentos que se pretende produzir e às condições de adaptação ao novo sistema por parte do agricultor.

Fica evidente que existem dúvidas a respeito de um modelo agroecológico que venha se opor ao dominante, porque os meios que deveriam divulgá-lo e incentivá-lo não procedem dessa forma. A Agroecologia só conseguirá, de fato, mostrar sua força e alcance se houver disponibilidade de terras - estas que precisam ser grandes, já que entre a plantação de cada cultura deve ser respeitada uma distância mínima -, que só poderiam ser concedidas por cartas de crédito a juros privilegiados pelo Poder Público, a fim de incentivarem a prática agroecológica.

Outra dúvida que paira entre os órgãos públicos nacionais e internacionais e na população, é se a Agroecologia seria capaz de atender a demanda humana por alimentos. Seria capaz sim, mas precisaria também - novamente - de subsídios públicos, porque ela não traz resultados em curto prazo como a agricultura convencional do agronegócio. É preciso, primeiro, desintoxicar o solo que o modelo vigente destruiu, o que leva alguns anos. Logo, para possibilitar essa espera, a atuação do governo tem de ser participativa e solidária, com vontade de preservar a produção de alimentos para as gerações futuras.

Outro problema é que, muitas vezes, há uma tentativa de apropriação indevida do discurso da sustentabilidade por aqueles que têm o intuito de passar aos consumidores uma falsa ideia de redução dos impactos causados por certos tipos de produção. Essa atitude evidencia o quanto é imprescindível que a informação correta sobre os modos de produção chegue ao consumidor, principalmente porque, hoje, existe maior preocupação e interesse por uma alimentação saudável e que não agrida o meio ambiente.

Por essa razão, é preciso ficar claro que:

A Agroecologia se fundamenta em uma base epistemológica distinta dos princípios da tradicional ciência ocidental. O paradigma agrônomo tradicional considera o desenvolvimento da agricultura e dos agricultores a partir da difusão de tecnologias cientificamente validadas. O paradigma agroecológico procura entender as bases ecológicas que fundamentam os sistemas agrícolas tradicionais para, a partir daí, desenvolver uma agricultura moderna mais sustentável (NODARI e GUERRA, apud NORGAARD, 2015, p.194).

Isso significa também que o desenvolvimento da Agroecologia é condicionado a um estudo prévio - que inclui muita pesquisa de entidades, como a EMBRAPA, ou estudos independentes que apoiem a solução da disponibilidade de sementes, por exemplo, à agricultura, já que muitas delas têm investimentos do governo brasileiro, mas são patenteadas por multinacionais - para a consolidação de um novo modelo de agricultura capaz de gerar igualdade social e geração de renda.

A Agroecologia traz consigo qualidade de vida ao pequeno e médio produtor, e este, ao desenvolver uma agricultura livre de insumos químicos e fertilizantes, se propõe a proteger a biodiversidade e os recursos naturais, já que diversidade de espécies e água limpa são, respectivamente, imprescindíveis para o sucesso daquela.

Assim, fica evidente que os benefícios que a Agroecologia produz são diversos: sociais, pois aumenta a renda dos agricultores e diminui a migração deles para os centros urbanos; de saúde, já que melhora significativamente a alimentação humana, diminuindo o risco de doenças, como o câncer, ao não usar produtos de síntese química; e ecológicos, ao aumentar a biodiversidade e preservar os recursos naturais.

2 MEIO AMBIENTE, AGRICULTOR E ESTADO

A conduta do ser humano em relação à natureza precisa ter como base a conscientização ambiental e o compromisso preservacionista, e por objetivo a proteção da vida global.

Essa posição é extremamente necessária, porque o ser humano é integrante da natureza. Entretanto, tudo que é parte da natureza tem uma relação interdependente com a mesma. Em outras palavras, há uma interligação das partes que a compõem.

Dentre todas as relações, a que mais deixa marcas na natureza é a do homem com os meios naturais. Isso acontece porque esse vínculo é muito estreito e os efeitos são recíprocos. Ou seja, o homem deixa marcas no meio ambiente e o meio ambiente deixa marcas no homem; assim, não há separação entre fatores ambiental e social.

É importante ressaltar que a Ecologia não se restringe a uma visão de preservação e conservação do meio ambiente. Vai, além disso, porque ela agrega conceitos de educação, política pública, dever coletivo e, principalmente, inclusão social, especialmente no que se refere às populações rurais.

Inclusão social que se manifesta através da Agroecologia, que é mais do que um modo de produção agrícola, pois traz consigo o reconhecimento de tradições das minorias que vivem do campo e a valorização das biorregiões.

A história ambiental passou por três fases: a inicial, onde o patrimônio ambiental estava protegido; a seguinte, que foi marcada pela introdução da tecnologia no campo, o que alterou as relações e os modos de produção e acabou por transformar profundamente o cenário ambiental; e, por fim, o momento de um questionamento ético e social, vigente nos dias atuais, a respeito do relacionamento humano com a natureza, que passa a ser amparado por leis, o que tem sido decisivo a favor de mudanças.

Inicialmente, a atividade agroecológica era voltada para a subsistência do produtor e de sua família, e muito pouco era destinado ao comércio. Com o aumento populacional, e o conseqüente avanço da fome no mundo, a agricultura passou a ser vista como uma solução em busca da estabilidade social e alimentar, até porque o

antigo meio de produção já não conseguia mais atender a demanda e conciliar oferta e preço.

O modo de produção capitalista atingiu seu auge nos séculos XVIII e XIX, e transformou o meio rural ao impor a sua “ditadura” do capital aos camponeses, o que alterou intensamente as relações humanas.

Houve, na verdade, uma reorganização dos meios de produção com a substituição da produção artesanal por aquela que buscava, principalmente, o lucro. Os resultados de tamanhas mudanças foram as alterações profundas e incalculáveis sofridas pelos meios naturais e seus entornos.

Após o ápice do desenvolvimento capitalista, o que passou a predominar, primeiramente na Inglaterra e depois em outros países, foi uma espécie de “Agroecologia Capitalista”. Isto é, uma prática em que no lugar da quantidade investia-se na qualidade, mas insistia nas monoculturas e no cultivo especializado em detrimento da rotação de culturas, o que, de fato, apresentava pouca diferença em relação à agricultura convencional.

Já no século XX surgiu um movimento importante na história ambiental, que foi chamado de Revolução Verde, que ocorreu no final da década de 40 em quase todos os países, mas atingiu o seu propósito nas nações mais pobres. Esse momento ficou conhecido como o período em que os países desenvolvidos, para acabar com a fome nos países subdesenvolvidos, desenvolveram nesses uma proposta inovadora no campo a fim de tornar possível o ideal de modernização agrícola, necessário para aquela época em que a escassez de alimentos era uma realidade.

Para alcançarem seus intentos, os idealizadores introduziram tecnologias revolucionárias no campo, com pesadas cargas de insumos, fertilizantes e maquinários, para aumentar a produção diante da grande pressão da população por alimentos em meio a miséria em que se vivia, e com o apoio dos desesperados respectivos Estados.

Esse programa tinha um ambicioso objetivo: acabar com a fome no mundo. Após o término da Segunda Guerra Mundial, a situação econômica e social dos países - principalmente os de segundo e terceiro mundo - era desoladora. A maior parte das pessoas estava marginalizada e ainda tinha de conviver com fome, doenças e violência; logo, a morte era apenas uma consequência ou uma “salvação” para elas diante do tamanho desamparo social e político em se encontravam.

Para mudar esse paradigma - que assustava autoridades e a sociedade de todo o planeta pelo fato de a economia ser globalizada e os reflexos da situação crítica em que viviam os países subdesenvolvidos serem sentidos nos de primeiro mundo também -, a ideia propagada e incentivada pelo governo norte-americano e pela ONU (Organização das Nações Unidas) para o desenvolvimento agrícola era padronizar o modelo de cultivo em todos os países que precisavam passar pela Revolução Verde, ou seja, disseminar a prática da monocultura em todo o mundo para superar a crise alimentar.

A fim de possibilitar o progresso almejado pela Revolução Verde, sementes foram melhoradas e disponibilizadas, as multinacionais passaram a exportar tecnologias, insumos e maquinários para os médios e grandes produtores se utilizarem deles na agricultura. Toda essa alteração nos modos de produção agrícola ocorrera rapidamente e, diga-se de passagem, com o apoio e financiamento do Poder Público.

A Revolução Verde no Brasil foi introduzida no período da Ditadura Militar, entre os anos 70 e 80, e atingiu o seu auge na década de 90 com o apoio do governo, de instituições privadas e da pesquisa - esta fomentada pelo próprio Estado. Foi um momento em que o país atingiu recordes de produção e exportação de alimentos.

As consequências trazidas ao meio rural pela Revolução Verde, em todos os países que adotaram as suas reformas, foram inúmeras. Seus defensores em momento algum elaboraram um plano de desenvolvimento agrícola que protegesse o meio ambiente e, conseqüentemente, não esgotasse os recursos naturais nem a biodiversidade, muito menos que levasse em consideração o espaço das pequenas produções.

Os impactos ambientais deixados pela evolução no campo são cada vez mais dilatados, pois a prática que ela implantou - o Agronegócio, modelo agrícola baseado em monoculturas e insumos e tecnologias importadas - continua sendo a predominante.

A intenção na época, através de um novo modo de produção - o atual modelo convencional -, era aumentar a produção num curto espaço de tempo, e isso realmente aconteceu, porém não foi capaz de consagrar o seu maior intento, que era acabar com a fome no mundo. Muito pelo contrário, os alimentos produzidos passaram, em grande parte, a serem exportados; os agricultores mais humildes se

viram expulsos de suas terras pelo fato de não conseguirem acompanhar o desenvolvimento pelo qual o setor agrícola estava passando, muito menos conseguiriam financiamentos para custear a readaptação.

Vivia-se, então, a época do êxodo rural. A miséria atingiu índices alarmantes, acompanhada por uma degradação econômica e ambiental sem precedentes, sintomas sentidos até hoje, e que só uma Revolução Agroecológica – agricultura baseada em energias renováveis, sem uso de venenos e assentada em culturas diversificadas – é capaz de conciliar desenvolvimento sustentável e proteção ambiental, de forma que as gerações futuras tenham um lugar humano e ecologicamente equilibrado para viver.

Na época do trunfo da Revolução Verde o que se buscava, urgentemente, era o aumento da produtividade. Hoje, clama-se por um meio de produção agrícola que proteja e conserve o ambiente, este já, historicamente, destruído.

A preocupação ambiental começou a ganhar espaço nos anos 70, no momento em que passaram a surgir inúmeras manifestações sociais em defesa do meio ambiente. Em razão dessas, os países começaram a debater o tema através de conferências, o que foi uma forma de também demonstrarem consideração pela situação dos recursos naturais que se agravava cada vez mais.

As pressões mundiais, decorrentes de mudanças climáticas, doenças, guerras e conflitos políticos, também foram fatores que influenciaram nas modificações sofridas pela agricultura. Além disso, o homem começou a introduzir inovações da tecnologia no campo, as quais passaram a ocupar espaço junto com os fatores ambientais já existentes.

Há muito tempo, o ser humano tem extraído de forma desenfreada os recursos naturais, especialmente no que refere à produção de alimentos provenientes do campo, e a principal tensão reside no progresso dessa relação, já que o equilíbrio ambiental não é recuperado.

As mudanças implantadas pela agricultura convencional foram revolucionárias, porém, ao mesmo tempo em que atenderam imediatamente as necessidades humanas, também foram altamente destrutivas para o meio natural.

A Agroecologia vem para valorizar sistemas tradicionais de cultivo da terra, baseados na diversificação da produção agrícola, na tentativa de enfrentar os inúmeros problemas vividos, como enchentes, secas, pestes, doenças, baixa

fertilidade do solo dentre muitos outros que a agroindústria trouxe ao meio natural, preservando os recursos naturais.

No século XVIII se tem um bom exemplo dos efeitos causados pelas mudanças na agricultura. A Revolução Agrícola, que aconteceu na Inglaterra, foi também capitalista e tecnológica, ao passo que introduziu melhorias num sistema agrícola já considerado arcaico para os próprios ingleses, que com essa transformação obtiveram avanços na qualidade do solo, no manejo dos pastos e na produtividade. Essas mudanças se espalharam para outros continentes e se tornaram alguns dos trunfos do que viria a ser no futuro a Agroecologia.

Contudo, com o passar do tempo, os empresários ingleses e norte-americanos começaram a não achar mais atrativa a prática agrícola sustentável, já que - no ponto de vista deles - não seria mais compatível com a economia de mercado. Assim, passaram a traçar novas perspectivas, e junto com as mudanças que trariam à agricultura estava a introdução dos fertilizantes químicos. Interrompia-se, destarte, a permanência da atividade agrícola que visava o cuidado ambiental, e começava a era da dependência dos produtos químicos provenientes do mercado nacional e internacional, que devolveriam uma vida “imediate”, e curta também, ao solo.

Dessa forma, as consequências trazidas pelas monoculturas do capitalismo foram imensas: a agricultura ficou vulnerável às doenças e dependente dos insumos químicos, de combustíveis fósseis e de tecnologias, o que afetou e diminuiu profundamente a diversidade das espécies e a qualidade do solo em favor do aumento da produção agrícola. E a economia global criou um problema ecológico de grandes proporções.

A agricultura sempre foi um meio de trabalho forte, mas, durante um longo tempo, ficou à mercê das transformações trazidas pela tecnologia da mecanização no campo.

Ao mesmo tempo em que essa mecanização foi responsável pela introdução de práticas inovadoras e sustentáveis na produção agrícola, também fez com que o método convencional - cujo auge foi alcançado com a Revolução Verde - atingisse uma produtividade enorme nos últimos quarenta anos, aumento que se reflete em um consumo devastador de insumos químicos e fertilizantes predominante até hoje.

As consequências do uso dos produtos agressivos ao meio ambiente perduram, tanto na vida humana como na vida animal, com as mudanças climáticas

que devastam regiões inteiras, com o declínio da biodiversidade que sustenta a vida na terra, com a incapacidade produtiva do solo de muitos lugares e, também, refletem no crescimento da exclusão social que atinge diretamente as populações rurais.

No Brasil, a Agroecologia surgiu da década de 1970, com a junção da Agronomia, da Ecologia e da Política, através de práticas e processos ecológicos com o objetivo de atingir uma agricultura sustentável, como resposta aos métodos de cultivo propostos pela Revolução Verde.

A expectativa em torno de uma agricultura sustentável ainda é muito tímida, já que o Estado não faz muito, a não ser fomentar a economia de mercado e, conseqüentemente, o Agronegócio.

Na busca por uma produção elevada e, o mais importante, com qualidade e sem venenos, o agricultor tem de enfrentar muitos obstáculos. São bons exemplos ao terem de trabalhar em solos intoxicados - o que faz com que a sua produção não atinja escalas maiores - e continuar se dedicando diante da falta de créditos bancários e de incentivos governamentais.

A abstenção por parte do Estado brasileiro, ao longo da história do país, em relação à problemática do campo, permitiu o domínio das empresas transnacionais na economia agrícola. O aumento do êxodo rural foi apenas uma das conseqüências da infiltração estrangeira, além da miséria e da exclusão social que vieram junto com a migração para as zonas urbanas.

Essas conseqüências se agravam porque a agricultura convencional traz ao pequeno produtor uma ilusão de que estaria obtendo lucro com a sua produção, o que, na prática, não acontece, porque ele acaba sendo fracionado entre os gastos com a sua estrutura e a sua distribuição.

Além disso, com essa "evolução" da agricultura, a qualidade da água e dos alimentos diminuiu significativamente; o que deveriam ser melhorias, trazidas pelos transgênicos, apenas aumentaram a produção em números, mas não contribuíram para melhorar a sua qualidade. Isso demonstra porque a pressão global insiste por mudanças, e a natureza afirma, através de fenômenos climáticos cada vez mais devastadores, que não resiste mais.

O patrimônio ambiental é sujeito de uma relação direta com as práticas agrícolas, pois delas depende o seu desenvolvimento ou a sua retrogradação. Esse é o maior motivo dos agricultores para manterem uma agricultura sustentável, sem

colaborar com a poluição ambiental e com o esgotamento dos recursos naturais, para garantir a qualidade final que ao alimento é transferida através do solo, e contribuir, também, para o valor da colheita.

A agrobiodiversidade é a parte da biodiversidade que tem elo com o homem e a ele serve de alimento. Em razão da introdução de organismos geneticamente modificados e de predadores que fragilizam os ecossistemas, a biodiversidade está sendo perdida. O papel da biodiversidade está para a estabilidade ambiental assim como o alimento para o homem. A agrobiodiversidade é um meio de coisas vivas, um ecossistema que abastece a vida na terra. E é essa relação que o sistema agroecológico quer amparar.

Para os países em desenvolvimento, fomentar a agricultura sustentável significa levar dignidade ao campo que, na maioria dos países, é esquecido pelos governos. E a explicação de muitos governos nos momentos de crise alimentar é sempre a mesma: as causas da escassez e do aumento nos preços são os fatores climáticos.

O que se vê, também, é o surgimento de um “agroconegócio”, que produz alimentos orgânicos, mas que não se utiliza de todos os princípios agroecológicos, e que defende a sustentabilidade tão somente no intuito de agregar valor à comercialização.

Por isso, a agricultura deve ser desenvolvida de forma que não comprometa a biodiversidade e nem os recursos naturais, conservando-os para gerações futuras.

Para se chegar a essa espécime, entretanto, é necessário, urgentemente, adotar medidas que facilitem a implantação de uma agricultura com baixas emissões de poluentes e que seja capaz de conservar os recursos, o que só será possível se viabilizado por políticas de apoio à alimentação. E é nesse contexto conturbado que a Agroecologia pode ser um verdadeiro “divisor de águas”.

Acontece que esse objetivo só pode ser alcançado com o apoio do Estado, que cede a apelos internacionais para a continuidade da dependência do campo às multinacionais, o que torna ainda mais precária a vida rural.

O avanço na agricultura só será possível se forem concedidas condições de vida dignas aos produtores para continuarem no campo, para que produzam visando a proteção e a conservação ambiental. Caso contrário, o lucro da produção será gasto com insumos e fertilizantes e, conseqüentemente, com a saúde humana.

Assim, a Agroecologia surge como uma alternativa para reconstruir a agricultura e busca, principalmente, autonomia e diversidade no e para o campo. Os objetivos da reforma agrária foram modernizados, e hoje vão ao encontro da sustentabilidade na tentativa de uma divisão justa de terras para atender as necessidades dos pequenos produtores que não mais conseguem sobreviver do fruto de suas atividades, em razão da predominância do Agronegócio no campo.

Segundo SOUZA (apud GLIESSMAN, 2009, p. 16):

Hoje, a Agroecologia continua a fazer conexão entre as fronteiras estabelecidas. Por um lado, a Agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agrossistemas, por outro, é um agente para mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham a necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável.

Ou seja, o movimento agroecológico guia-se pela tomada de consciência, com a reutilização de práticas deixadas para trás pelo método convencional e associadas, sim, à tecnologia, para novamente não estarem à margem da economia.

Dessa forma, a agricultura sustentável ganhou força a partir da união de pequenos agricultores que buscaram os conhecimentos necessários e criaram sua própria infraestrutura, já que, caso não encontrassem alguma solução para o seu declínio, estariam reféns, como muitos ainda continuam, do agronegócio.

Até o momento, a Agroecologia tem sido desenvolvida por organizações de base e grupos não governamentais, e tem se espalhado através das escolas rurais e de movimentos de agricultores. Ela traz consigo qualidade de vida ao produtor e este, para desenvolver uma agricultura livre de insumos químicos e fertilizantes, se propõe a proteger a biodiversidade e os recursos naturais, já que a diversidade de espécies e a água limpa são imprescindíveis para o sucesso da sua produção.

No Paraná, por exemplo, existe uma associação que reúne mais de 400 famílias, que surgiu pela necessidade de certificar as propriedades e agregar selos de qualidade aos produtos. Sua produção é dirigida a programas criados pelo governo e aos mercados locais e regionais através das feiras, o que é uma ótima alternativa.

Alguns produtos oriundos das práticas agroecológicas, os chamados produtos orgânicos, podem ser também encontrados em supermercados, mas com pouca frequência e preços muito altos. A supervalorização desses produtos atinge

diretamente a todos, desde o pequeno produtor até o consumidor. O pequeno produtor sai em desvantagem porque o produto é vendido para distribuição por um preço baixo, e quando chega ao mercado, ou seja, ao consumidor, é vendido por um preço muito alto, um lucro que não alcança ao bolso do produtor. Já o consumidor é afetado porque, para ter uma alimentação de qualidade, sem produtos que agridam sua saúde, precisa pagar valores que, muitas vezes, não pode. Com isso, as pessoas deixam de consumir alimentos melhores e mais saudáveis porque não podem pagá-los.

Ao fazer uma análise mais direta, percebe-se que as populações carentes são as mais atingidas. Muitas vivem no campo e dependem dos produtos que plantam para garantir o seu sustento. Entretanto, como a produção agroecológica ainda não tem a valorização e o incentivo que precisa por parte do governo, esse tipo de produção se torna caro e inviável a essas pessoas.

Outro ponto importante é que as populações necessitadas também sofrem com a falta de alimentos e com a inexistência de acesso a uma alimentação que lhes garanta uma vida saudável, composta por alimentos de qualidade e água limpa. Como esses alimentos são vendidos no mercado por preços muito altos, essas pessoas não têm como comprá-los, e por isso não podem consumi-los. Se houvessem incentivos do governo para o consumo desses gêneros, seus preços não seriam supervalorizados e todos teriam acesso aos mesmos.

Nas palavras de Molinaro (2007, pp. 69-70):

[...] devemos afirmar enfaticamente, não podemos esquecer que nenhum progresso, até a erradicação da pobreza e da fome, a melhora da saúde e a proteção ambiental, será sustentável se a maioria dos recursos e serviços dos ecossistemas seguirem degradando-se. Muito da destruição dos recursos naturais é devida pela liberalização do comércio, especialmente do comércio internacional. A liberalização comercial submete muitos países, em especial aos pequenos e pobres países, que sofrem um enorme constrangimento para que abram seus mercados. O mais grave é que esses não podem resistir à construção de grandes empresas transnacionais, o que permite que estas os sigam explorando.

Ou seja, as consequências causadas pelos modos de produção que agridem o meio ambiente vão muito além do que se pode imaginar, e é nesse contexto que a Agroecologia procura fazer a diferença, pois ela não é apenas de um modo de produzir. Ela busca, principalmente, a garantia de uma vida de qualidade e de um meio ambiente equilibrado, situações que se refletem uma na outra e elevam a

autoestima e a vitalidade das pessoas que dependem do campo para o seu sustento, e se transforma em soberania alimentar, esta que se demonstra no direito fundamental à alimentação.

Mas, se a soberania alimentar fosse uma realidade em todos os países, tanto a população rural como urbana iriam sentir menos os efeitos críticos das catástrofes ambientais, já que a produção nacional continuaria a render bons frutos através de práticas agroecológicas. Porém, aqueles que têm de tomar decisões que tragam resultados positivos e eficazes não pensam no futuro. Se o fizessem, a Agroecologia já estaria sendo fomentada.

Há, desse modo, que se buscar um modo de produção agrícola que atenda às necessidades das pessoas sem esgotar os recursos naturais, pois é direito de todos uma alimentação saudável e equilibrada e a sua respectiva disponibilidade.

2.1 PROJETOS AGROECOLÓGICOS QUE DÃO CERTO

É preciso ressaltar que existem movimentações – ainda que pequenas – por parte dos países com o intuito de mudar a situação do campo. Esforços que se refletem em melhores condições de vida para a população rural, excelentes produtos à disposição dos consumidores e fomento para a economia. Ou seja, em benefícios para todos.

2.1.1 Pastoreio Racional Voisin

Em sua obra *A Dialética da Agroecologia, Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno* (2014), o professor Luiz Carlos Pinheiro Machado apresenta os benefícios da prática da Agroecologia a partir de estudos sobre a tecnologia do Pastoreio Racional Voisin, desenvolvida por André Voisin.

Nessa técnica, as produções bovinas, entre outras, quando realizadas à base de pasto, são mais econômicas, lucrativas e alcançam grandes escalas, porque o principal insumo é a energia solar, que não tem custo, não polui e é infinita.

É uma forma moderna e eficiente de manejar os pastos, e consagra a Agroecologia pelo fato de ser um meio sustentável e equilibrado de produção e por render efeitos positivos financeiramente e ambientalmente.

A dificuldade dos métodos convencionais em apresentar resultados financeiros significativos é traduzida na decadência de inúmeros produtores agrícolas. Isso porque, enquanto os preços dos produtos se mantêm de certa forma estáveis, os valores dos insumos industriais e das máquinas agrícolas sobem consideravelmente.

Diante desse quadro desanimador da agricultura atual, o pastoreio Racional Voisin (PRV) inovou, principalmente no que tange à produção bovina - seja de carne ou leite - feita através de pasto, porque tem custos muito menores. Através dessa técnica, o PRV busca contestar o agronegócio, a fim de implantar novos meios de produção que disponibilizem ao mercado produtos competitivos. Seria uma verdadeira conduta agroecológica.

A técnica de PRV trabalha o manejo dos pastos de formas mais eficiente e econômica, e colabora para o aumento da biodiversidade e à redução da contaminação ambiental, além de aplicar no manejo princípios econômicos, energéticos, ambientais, administrativos e sociais.

A finalidade é oferecer para os produtores e pesquisadores ferramentas para a produção de alimentos e matérias-primas limpas a baixo custo, sem contaminação ambiental, como a captação e a maximização do uso de energia solar. Sabe-se que para obter alta produção são indispensáveis altas quantidades de insumos, e é aí que reside o trunfo do PRV e - por óbvio - da Agroecologia, simplesmente pelo fato de seu principal insumo ser a energia solar.

O PRV possibilita o menor uso de máquinas e de insumos industriais, e apresenta menores riscos ao conduzir o processo produtivo respeitando o bem-estar animal, para que a exploração seja racional.

Além de acarretar retornos financeiros competitivos, o PRV enriquece o solo, produz impacto ambiental mínimo sobre a biodiversidade com uma alta taxa de sequestro de carbono e eleva a captação e transformação da energia solar. Assim, a associação animal-vegetal passa a ser a melhor conduta para se alcançar uma atividade equilibrada e econômica, capaz de proteger o ambiente.

Nesse sentido, o primeiro passo para se realizar uma produção vegetal, por exemplo, seria implantar na área um projeto PRV. Essa técnica desintoxicaria o solo, e com isso recuperaria sua fertilidade, o que mudaria radicalmente o ecossistema. Ao fim de quatro a seis anos de uso da área com PRV, volta-se à lavoura com o solo

recuperado para plantio direto sem herbicidas. Após o período de plantação, retorna-se ao processo do PRV e ao plantio saudável sucessivamente.

Nas palavras de Machado (2010, p. 39):

O PRV é um sistema de manejo de pastagens, que se baseia na intervenção humana, nos processos da vida dos animais, da vida dos pastos e da vida do ambiente. É, assim, um sistema que não tem linearidade.

Porém, dois fatores são alheios ao processo produtivo, mas interferem nele diretamente: mercado e administração.

A aplicação do PRV exige, daquele quem vai aplicá-la, conhecimento de sua técnica, assim como dos demais meios de produção agroecológica. No PRV, ter a projeção do que será aplicado é essencial para o seu êxito, de forma que com mínimo investimento seja possível obter alta produção. O profissional deve sempre reconhecer e corrigir seus erros, para que não caia em reincidência.

Para a elaboração de um projeto PRV, a área onde ele será executado deve ser previamente conhecida, já que há a necessidade de um projeto prévio, e o produtor deve agir de acordo com os princípios da seriedade.

Como afirma Machado (2010, p. 47):

O PRV, porém, não é panaceia, não opera milagres, nem mágicas, não tem esquemas, nem receitas. Trata-se da aplicação dialética, no processo produtivo animal à base de pasto, das leis, princípios e teorias das ciências básicas e aplicadas e das leis universais do pastoreio racional enunciadas por André Voisin, com a finalidade de maximizar a captação de energia solar, que é o seu principal insumo, transformando-a em utilidades, através do pasto e do organismo animal, respeitando o seu bem-estar deste e buscando sempre a maior eficiência produtiva, de acordo com os mais altos padrões de qualidade para uma produção orgânica sustentável, isto é, agroecológica.

A avaliação econômica e a administração do programa é que dão segurança ao produtor, até porque a presença humana na condução do manejo das pastagens é condição indispensável. O seu trabalho deve sempre ser estimulado, para assim alcançar resultados não somente quantitativos, mas, inclusive, qualitativos.

O Pastoreio Racional Voisin – PRV – é a tecnologia mais eficiente, moderna e econômica para a produção limpa à base de pasto, e tem a finalidade de aumentar a captação da energia solar, que é o seu principal insumo, transformando-a em

utilidades de acordo com os mais altos padrões de qualidade para uma produção orgânica e sustentável, isto é, agroecológica.

Através do manejo com PRV obtém-se menor custo por unidade de produção; incrementa-se a qualidade do solo, principalmente em razão da agricultura não ser um sistema fechado, diferentemente do que a agronomia convencional dita; protege-se o ambiente; tem-se balanço energético positivo; produzem-se alimentos limpos através da produção ecológica, pois não se utilizam de fertilizantes de síntese química, nem agrotóxicos.

Além disso, se respeita o bem-estar animal, o que já era uma reivindicação antiga da sociedade, e se promove maior lucratividade, porque a remuneração obtida pelo produtor - se comparada com o investimento em caráter competitivo com outras atividades agrícolas - é maior, pois os custos são menores e há a proteção dos recursos naturais.

Outro fator de economia reside no custo de implantação do PRV, que é feito de uma só vez e é igual ou um pouco maior que o dos métodos convencionais, já que estes precisam ser renovados a cada quatro ou cinco anos, o que torna dispendiosa a manutenção.

O PRV é essencial para a agricultura sustentável e para a Agroecologia, porque esta implica em qualidade de vida ao ser humano, com acesso ao que é seu de direito, como condições mínimas a serem atendidas.

Com o agravamento da qualidade ambiental, sendo a agricultura convencional a principal fonte poluidora, é questão prioritária a escolha de uma atividade agrícola que respeite o ambiente e a saúde humana.

Machado (2014, p. 38) salienta:

O primeiro passo para a construção de um novo paradigma é a desconstrução dos conceitos, técnicas e processos do modelo do agronegócio. É preciso abandonar os conceitos convencionais e, em seu lugar, estudar e incorporar saberes que promovam tecnologias limpas, que respeitem os bens comuns naturais, ao mesmo tempo em que ofereçam aos produtores um caminho produtivo e positivo, econômica, financeira, social, ambiental e eticamente.

Assim, a agricultura sustentável objetiva maximizar os benefícios sociais e dar autonomia ao processo produtivo, e minimizar ou eliminar a dependência de venenos para, através disso, alcançar a proteção do bem maior e que é de todos: o ambiente.

2.1.2 O sucesso de Cuba

A evolução do movimento agroecológico em Cuba se deu, principalmente, pelo apoio de políticas estatais através da entrega de terras aos camponeses e, também, pelo estabelecimento de preceitos constitucionais que introduziram a política ambiental, o que favoreceu o desenvolvimento econômico e social naquela região. Puderam contar, também, com o incentivo da imprensa, ao divulgar a Agroecologia através de seus meios de comunicação. A implantação ecológica nesse país foi um trunfo, resultado dessas forças aliadas: Agricultor e Estado.

O objetivo maior era, e continua sendo, proporcionar segurança alimentar a todos diante do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, pois, em razão dele, nenhum produto importado chegava até o país, muito menos agrotóxicos e insumos químicos, o que muito favoreceu o desenvolvimento da produção agroecológica. Esta, num primeiro momento, estava voltada para as necessidades básicas da população, mas com o seu desenvolvimento positivo obteve tamanho êxito, e mais de 100 famílias se tornaram adeptas ao campo, o que fez com que o campesinato se tornasse o maior responsável pelo equilíbrio econômico e autonomia cubana.

O Estado da ilha apoiou os produtores para que eles obtivessem o conhecimento necessário a respeito dos meios de produção agroecológica, para que assim pudessem produzi-la.

Até chegar a estabilidade, a produção agrícola cubana passou pelos períodos mais difíceis que tantos outros países passaram, do auge e queda da agricultura convencional até a transformação agroecológica em todo o país. Essa superação trouxe a eles a capacidade da resiliência, pois Cuba foi atingida por furacões e a agricultura manteve-se produzindo e se recuperando.

O bloqueio econômico fez com que os agricultores cubanos enfrentassem uma redução de mais de 80% na importação de fertilizantes e pesticidas, e foi exatamente isso que fomentou a produção nacional, pois outra saída não havia, as fronteiras estavam fechadas. Só que as consequências implantadas pela Revolução Verde e pelo método de produção convencional por ela imposto já eram visíveis. Era preciso recomeçar, e foi o que o campesinato cubano, através da integração familiar, fez.

A recuperação da sociedade produtiva camponesa teve de ser de forma gradual, em pequena escala e com o uso limitado de tecnologias, para obter o alcance desejado e não cair nos métodos convencionais e na sua respectiva verticalidade.

No período de recuperação econômica, o Estado cumpriu sua função, no que tange a produção de alimentos ele disponibilizou terras às famílias e incentivou a produção alimentícia, e os pesquisadores deram o apoio necessário para a retomada da agricultura, agora em moldes agroecológicos. Com esses aparatos, tanto estatal como científico, o retorno dos camponeses ao campo foi possível.

A Agroecologia foi o caminho trilhado por Cuba para sair da crise alimentar diante da ruptura com o modelo convencional, e no momento que viram que era necessária uma metodologia para a sua satisfatória aplicação, foram em busca dela.

Em Cuba, a Agroecologia conquistou seu auge, com inúmeras conquistas sociais e produtivas, estas com a redução do uso de agrotóxicos. Muito disso se deve ao estado de necessidade que vivia aquele país, suprida através da aceitação da agricultura sustentável por todos os produtores, que vão além das roças familiares e contribuem para o avanço econômico nacional, graças ao aumento da produtividade.

O Movimento Camponês a Camponês possibilitou isso, levando o conhecimento a respeito da agricultura sustentável, que faltava ao agricultor, até ao campo. Esse modelo de agrupamento marcou presença também na Guatemala, no México, em Honduras e na Nicarágua, mas foi em Cuba que ele obteve sucesso em longo prazo, em razão da urgência que demandava a economia e a sociedade daquele país.

O apoio científico possibilitou a transição para a agricultura agroecológica e à descentralização da produção, através de uma comunicação horizontal entre os produtores e também entre eles e quem até eles levavam o aperfeiçoamento desse conhecimento.

O objetivo era promover a sustentabilidade, pois só ela é capaz de proporcionar avanços sociais, econômicos, ecológicos e culturais por intermédio do trabalho do camponês a ele mesmo e, conseqüentemente, à sociedade. A sustentabilidade vê no camponês o promotor da própria solução que deve ser aplicada no campo.

Assim como os demais países, o campesinato cubano também passou pela Revolução Verde, e é hoje o mais preparado para apoiar outros camponeses do mundo todo a suportar e superar a crise no mundo.

A Revolução Cubana proporcionou aos camponeses de seu país as condições para o desenvolvimento de uma agricultura ecológica voltada para o próprio Estado e para as necessidades de sua nação. Dessa forma, investiu-se na Agroecologia e na agricultura sustentável para estabilizar a economia cubana, baseada no coletivismo e na solidariedade. O camponês, em curto espaço de tempo, passou a ser efetivamente o dono de sua terra.

O campesinato cubano foi formado pelos pequenos proprietários que produziam de forma familiar, a própria reforma agrária que aconteceu no país em muito acelerou esse avanço.

De acordo com Rosset et al. (2013, p. 45):

O direito assegurado à terra, o respeito a sua identidade social e cultural, o elevado nível escolar e técnico, a capacidade de organizar-se ao amparo da lei e a viabilidade de obtenção de créditos acessíveis, seguros agropecuários e comercialização da produção contribuíram para formar um campesinato com um elevado sentido de pertença e de responsabilidade social e ambiental, identificado com sua condição de classe e seu papel na sociedade.

O apoio por parte do governo foi de suma importância para a diversificação da economia nos moldes agroecológicos, concedido através do respeito ao produtor, de lei que os amparassem e, principalmente, de terras e incentivos creditícios a eles proporcionados. Tudo em prol da sustentabilidade para assim superar os efeitos da Revolução Verde, já que o modelo convencional imposto por ela, introduzido no campo através de máquinas, insumos e fertilizantes químicos, se tornou demasiadamente caro, o que não foi correspondido por resultados significantes.

Mesmo os camponeses possuindo poucas terras, eles produzem consideravelmente bastante se comparado às suas condições econômicas e fundiárias.

O movimento do campesinato de Cuba foi financiado, em grande parte, com recursos próprios. A integração agroecológica foi o marco daquele povo, o que favoreceu produzirem cada vez mais.

Desta maneira, a produção executada pelo camponês no país está obtendo índices cada vez mais altos de competitividade com custos menores, e sobrevivendo

aos tantos obstáculos que os cercam, como as oposições políticas e climáticas. A Agroecologia tem essa característica de resistência, caracterizada pela resiliência.

E mesmo com o aumento da disponibilidade de insumos no país, em grande parte consequência de acordos com a Venezuela e da lenta abertura da economia, com a recente instalação da embaixada norte-americana na ilha, os princípios agroecológicos se mantêm firmes. Os cubanos não querem mais voltar ao estado de dependência alimentar e tecnológica do exterior, depois de conquistada a consciência agroecológica com o consequente aumento da escolaridade no país.

No trabalho camponês, o protagonista é ele, e não o técnico. Não faltam meios que possibilitem a realização da produção baseada na Agroecologia, e Cuba é um admirável exemplo disso.

Cuba já demonstrou que tem capacidade para continuar superando o problema alimentar, e vão avançar seguindo os ditames do agora presidente Raúl Casto, como enfatiza Rosset, nas palavras do próprio comandante (2013, p. 143): *[...] a terra está ali, não há outro remédio senão fazê-la produzir.*

Assim como aconteceu na ilha, os governos dos demais países devem fomentar a produção nacional sustentável, para que, no momento de crise, sobreviva a ela.

As experiências obtidas em Cuba foram suprindo as necessidades dos agricultores através de um avanço gradual, com a união amistosa de toda a comunidade campesina através de um diálogo nivelado.

A adoção da produção agroecológica em Cuba resultou exitosa, e pode ser identificada como uma verdadeira Revolução Agroecológica, pois a organização dos camponeses lá adota medidas para a inserção deles na economia e na sociedade cubanas.

2.1.3 As propostas brasileiras

Toda proposta que busque uma aliança com o governo federal, a fim de promover e estimular a Agroecologia, deve ser estratégica, já que a história brasileira é marcada pela exploração das classes economicamente dominantes sobre os mais fracos.

Esse abuso sempre ficou evidente nas relações agrícolas, e causou alterações que intensificaram o predomínio do agronegócio, o que se traduziu num

liame de dependência dos agricultores com aqueles que injetam capital, insumos e maquinários no campo.

Tal subordinação continua a perpetuar seus efeitos no meio rural e, conseqüentemente, no social, já que os produtores, inclusive os familiares e camponeses, acabam se endividando diante de tantas promessas e “ajudas” dos empresários a juros altos para possibilitar uma produção onerosa, cujo resultado final é negativo para o agricultor.

Esse paradigma só sofrerá mudanças abruptas se regulamentado, fiscalizado e, quando necessário, punido; e ao Estado compete, principalmente esse dever, o que não isenta a população da incumbência, ditada pela lei e pela sua consciência, de preservação ambiental.

Dessa forma, tornou-se cada vez mais necessária a intervenção direta do Estado na relação homem/natureza, com o propósito de atuar como um intermediário e ao mesmo tempo impor limites a esse vínculo que, quando não respeitados os extremos e supridas as carências do campo, acaba por esgotar a fertilidade do solo e seu potencial, o que reduz e leva à extinção de inúmeras cadeias alimentares e, também, como consequência, contribui para o surgimento de desastres naturais e o desenvolvimento de doenças humanas, como o câncer e a intoxicação alimentar.

Nas palavras de Machado (2010, p. 64):

A agricultura sustentável implica, previamente, na sustentabilidade do ser humano, isto é, no exercício pleno da cidadania, o que se entende por ter acesso ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à cultura e ao lazer, como condições mínimas a serem atendidas. Assim, a agricultura sustentável é um conjunto de técnicas que objetiva maximizar os benefícios sociais e econômicos da autossustentabilidade do processo produtivo; minimizar e mesmo eliminar a dependência de insumos provenientes de processos de síntese química e proteger o ambiente.

Por meio da administração pública, respeitando os costumes locais e regionais, o Estado deve disponibilizar financiamentos e terras cultiváveis em prol do agricultor que produz alimentos limpos, para que a prática agroecológica não fique eternamente conhecida como artesanal e, dessa forma, alcance a produção em maior escala para atender a todos.

Em Minas Gerais, por exemplo, assim como nos outros estados do Sudeste, já existe uma preocupação ambiental em busca de diálogo com a esfera pública

estadual; lá tramita um projeto de lei que visa a criação de um grupo temático no governo do estado para a formação de uma política regional de Agroecologia. É uma forma de levar até o conhecimento do ente público os anseios do produtor e da sociedade por mudanças que consolidem uma agricultura sustentável, que tenha condições de se perpetuar nas relações econômicas de mercado e possa conquistar a tão sonhada segurança alimentar.

Tudo isso, além de tornar viável a continuidade da vida na terra, eleva o Estado a níveis de países de primeiro mundo referente a um aspecto tão crucial, a Soberania, que significa autonomia, não dependência, nesse contexto, de utilidades e capital estrangeiros para a produção de alimentos no campo e manutenção da atividade agrícola.

A política nacional precisa ser transparente sobre a necessidade da comercialização de produtos agroecológicos e seus benefícios, e para os produtores terem condições de conquistar o mercado ela deve levar ao alcance deles um sistema que os eduque e os profissionalize, já que a Agroecologia é aliada a pesquisa, e só através dela sua prática terá a abrangência pretendida.

É notadamente urgente que se dê voz à sustentabilidade, pois a natureza não suporta mais tamanha exploração causada pela atividade agrícola baseada em insumos e fertilizantes, e ao mesmo tempo é necessário que as políticas públicas estimulem o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Desde o ano de 2012 existe, no Brasil, a Comissão Nacional da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica que, segundo dados da Secretaria-Geral da Presidência da República, é formada por representantes de 14 órgãos e entidades do executivo federal e por 14 entidades titulares e 14 entidades suplentes representantes da sociedade civil.

A Comissão tem por objetivo promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento do Plano e da Política de Agroecologia. É uma articulação entre o poder público e a sociedade, muito importante para o fortalecimento da prática agroecológica, a qual exige planejamento, muita pesquisa e participação de todos os responsáveis que na relação com o ambiente são protagonistas: produtor, sociedade em geral e Estado.

O decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que muito tem colaborado para o desenvolvimento dos métodos sustentáveis de produção que utilizam energias

renováveis, como a solar, e não dependem de venenos no manejo da terra. A PNAPO define um movimento de transição da agricultura convencional, altamente degradante, para a sustentável, através da Agroecologia, e estabelece inúmeras diretrizes, sendo a principal delas a promoção da segurança alimentar. Com isso busca, também, valorizar o trabalho do camponês ao colocar a sua disposição crédito e pesquisa, para que dessa forma ele não saia do campo.

A instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) marcou o compromisso do Executivo Federal com programas e políticas que visem o crescimento da atividade agrícola agroecológica, fruto das reivindicações dos produtores agrícolas frustrados diante do desamparo estatal para/com o fomento da prática agrícola sustentável, que produz alimentos com qualidade nutricional e não degrada o ambiente.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que data do período de 2013-2015, que também contou com a participação da sociedade na sua elaboração, da mesma forma como foi pautada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), procurou estimular o desenvolvimento da agricultura agroecológica, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas através de alimentos saudáveis e proporcionar o uso consciente do patrimônio natural.

Esse Plano pretende intensificar a produção agroecológica, principalmente através de financiamentos; da promoção do uso consciente e da conservação dos recursos naturais; da ampliação do conhecimento do agricultor através de assistências técnicas, cursos profissionalizantes e incentivos para a permanência do jovem no campo, ao valorizar os costumes regionais e locais do trabalho agrícola; da comercialização em feiras locais e por intermédio das compras governamentais e do consumo dos produtos provenientes da agricultura sustentável. O êxito dessa política reside no diálogo da União com as esferas estadual e municipal, a fim de desenvolver a produção orgânica e agroecológica.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica foi capaz de fomentar o uso de tecnologias apropriadas na agricultura de base agroecológica, com alcances social, econômico e rural, por melhorar as condições de vida daqueles que no campo residem. Os desafios são muitos: ampliar o número de agricultores envolvidos com a produção orgânica e de base agroecológica; incentivar o uso dos meios adequados para a produção sustentável; promover a conservação do meio

natural; contribuir para a organização de agricultores em cooperativas; fornecer créditos; incluir e incentivar a atividade agroecológica e de sistemas de produção orgânica nos currículos escolares; levar conhecimento técnico aos agricultores; fortalecer a presenças dos jovens e das mulheres nas atividades agrícolas.

O estímulo à produção de base agroecológica em todo o mundo é uma resposta à necessidade da sociedade por produtos mais saudáveis. Para conquistar a soberania e segurança alimentares, deve haver uma conjugação de esforços entre os poderes executivos de todas as esferas – federal, estadual e municipal – e a sociedade, com a finalidade de perpetuação dos objetivos da Agroecologia: autonomia da agricultura e, conseqüentemente, alimentar, com conservação ambiental.

2.1.4 A corrente ecossocialista no Brasil

A proposta dos ecologistas para a salvação do ambiente seria a imediata mudança do comportamento individual dos consumidores. A crítica ao consumismo é necessária, mas insuficiente, pois é preciso buscar a mudança no próprio modo de produção.

Como afirma Michael Lowy (2014, p. 09): “*se o problema é sistêmico, a solução tem de ser antissistêmica, isto é, anticapitalista.*” O projeto ecossocialista consiste em associar a crítica marxista ao capitalismo com a ecologia, de forma que se produza, por meio de métodos sustentáveis, a quantidade compatível com a qualidade de vida garantida pela Constituição Federal.

O Ecossocialismo surgiu nos anos 1970, em países como a Espanha, Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. Trata-se de uma proposta radical, isto é, que ataca a raiz do sistema e que se distingue tanto do neoliberalismo (economia globalizada) quanto das correntes ecológicas menos progressistas, que não convivem em total harmonia com o meio ambiente, e que cederam, de certa forma, ao sistema capitalista.

É um pensamento que busca alterar profundamente as relações de produção e o modo como se produz, e diminuir, a níveis básicos de necessidade, o alto consumo por parte das pessoas, e, desse modo, construir uma nova civilização, ao romper com as convicções da sociedade global baseadas na ganância.

Conforme Lowy (2014, p. 38):

Em poucas palavras, o Ecosocialismo implica uma radicalização da ruptura com a civilização material capitalista. Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não apenas uma nova sociedade e um novo modelo de produção, mas também um novo paradigma de civilização.

Com isso, o Ecosocialismo apresenta pontos em que muito se assemelha a Agroecologia, residindo suas principais diferenças nos objetivos em que se baseiam. O Ecosocialismo busca a ruptura com o método capitalista atual; já a Agroecologia procura a solução para os problemas ambientais, sociais e econômicos causados pelos processos de produção do Agronegócio – sistema capitalista de produção agrícola, que se baseia tão somente em tecnologias para produzir e causa imensos impactos ambientais e sociais -, através da renovação da agricultura. O que ambos têm em comum é a intenção de salvar a humanidade pelo uso de recursos que preservem a vida saudável para as gerações futuras.

A parceria entre ecologia e socialismo teve no Brasil um pioneiro, Chico Mendes. Ele foi um verdadeiro inimigo do agronegócio, e durante sua trajetória, que se encerrou precocemente em 1988, recebeu inúmeras ameaças de morte por tentar combater, sobretudo, a prática de exploração dos latifundiários da época.

Os objetivos de Chico Mendes eram exclusivamente ecológicos e sociais, pois através da sua luta ele buscava proteger o meio ambiente valorizando os povos da Amazônia, conquistas que não se resumiam ao norte do país, tinham um alcance nacional e quiçá global, pois com a preservação das florestas naturais o Planeta teria condições possíveis de se manter vivo.

Mendes procurava combater as invasões na Amazônia, que segundo ele tinham o apoio e financiamento de capitais estrangeiros, e por tamanha resistência foi reconhecido com o Prêmio Ecológico “Global 500”, das Nações Unidas. Seu ideal compreendia os princípios ecológico e ambientalista, presentes na defesa do meio ambiente e na valorização da cultura dos povos que lá viviam, com uma admirável preocupação social, esta como já foi dito não se restringia ao âmbito local, tinha uma visão planetária também, pois os efeitos da autossustentabilidade que seria promovida pelo grupo que desenvolvia suas atividades na floresta, igualmente, iria ao encontro de toda a sociedade, na forma de ar mais puro e como meio de sobrevivência da biodiversidade

A oposição por parte de Chico Mendes à exploração ditada pelo agronegócio foi um movimento exemplar, e que teve um alcance além da articulação entre

socialismo e ecologia, pois era uma batalha para a sobrevivência das populações locais e pela proteção de um patrimônio da humanidade – o meio ambiente. Ele buscava um mundo igualitário, que socializasse suas riquezas materiais e culturais.

A herança de Chico Mendes pode ser enxergada nas lutas dos camponeses pela continuidade de sua produção agrícola e respectiva valorização da mesma pelo Estado e, conseqüentemente, pelos mercados de consumo; na oposição dos agricultores aos transgênicos desenvolvidos pela agroindústria, que ao introduzi-los no campo acaba levando à extinção de milhares de espécies animais e vegetais; e, sobretudo, na convergência entre ecologia e socialismo.

A situação ambiental e, conseqüentemente social e mundial, chegou a tal ponto de fragilidade que não se trata mais de repensar estratégias para fazê-la “voltar aos eixos”; questiona-se como traçar um meio de produção agrícola reestruturado, baseado na igualdade entre os seres humanos e em princípios ecológicos. Para tornar possível esse objetivo, é imprescindível que se construa um caminho novo, igualitário e ecológico.

Não se trata de questionar o aumento da produtividade fruto do trabalho, tão pouco contestar o uso de ferramentas tecnológicas no campo. O objeto maior dos defensores da Agroecologia – modelo de agricultura que não se utiliza de energia fóssil e gera igualdade social - é conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. O que na perspectiva socialista seria eminentemente inviável, pois eles defendem um rompimento total com o modelo capitalista de produção, e, em consequência, o surgimento de uma nova civilização, menos consumista.

A ideologia socialista se aproxima do pensamento ecológico na medida em que se opõe às mudanças ocasionadas pela mecanização dos modos de produção, tanto agrícola como dos demais ramos da economia, e a sua predileção a favor da máxima produção ao invés de primar pela qualidade do produto.

Já o objetivo principal da ecologia muito se assemelha com o da Agroecologia, pois ambas projetam a tomada de consciência por todos aqueles que de alguma forma são os sujeitos ativos do atual paradigma de degradação ambiental, inclusive os agricultores que cultivam através do método convencional de produção – agronegócio -, que é altamente prejudicial tanto ao meio ambiente, ao utilizar-se de venenos e energia fóssil na lavoura, como ao ser humano, que será o receptor dos produtos provenientes dessa fonte. O agravamento da situação em que

já se encontrava o ambiente natural preocupa ao passo que coloca em risco a possibilidade da continuidade da vida humana na terra, em razão, principalmente, do próprio desequilíbrio ecológico causado, em grande parte, pelo mal manejo na agricultura. Dessa forma, como já foi dito, a relação entre homem e natureza é unívoca, e ambos devem interagir de forma harmônica, pois dessa boa conexão é que depende a vida do Planeta.

O ideário ecossocialista se desenvolveu durante os últimos trinta anos, com o intento de romper com a economia capitalista de produção, pois para eles a expansão do consumismo desenfreado nada mais faz a não ser destruir a natureza. Para os ecossocialistas, o atual modelo de produção, baseado no aumento da produtividade, é inconciliável com o propósito de conservação ambiental, pois os recursos naturais são exauridos e o habitat natural não retorna ao seu ponto de equilíbrio, e se fosse expandido em âmbito mundial aumentaria a crise ambiental de forma que ameaçaria a sobrevivência humana.

Assim, a alteração da economia produtivista para meios ecologicamente sustentáveis pode contribuir muito para o crescimento econômico e humano dos países fragilizados socialmente e economicamente, de forma que consigam alcançar o status de autonomia alimentar combinado com proteção ambiental. É fundamental e urgente que essa transição leve em consideração os princípios da dignidade da pessoa humana e ambientais: as necessidades reais da população e a preservação do meio ambiente.

A dimensão dos avanços trazidos à economia através do progresso tecnológico é incontestável, mas o sistema produtivo deve ser reconfigurado em todos os aspectos, desde o tipo de matéria-prima e ferramentas de que se utiliza na produção até o controle de qualidade, tanto do alimento quanto ambiental, e os ecossocialistas são a favor dessa meta, que seria fruto de um estudo detalhado da economia que leve em conta a preservação dos equilíbrios ecológicos. Na busca da estabilidade ambiental, muitas empresas poluidoras teriam de ser extintas, como as usinas nucleares.

Entretanto, a substituição das fontes de energia atuais, sobretudo a energia fóssil, por fontes energéticas renováveis, como a solar, é uma prioridade, e se consolidada, com certeza, alteraria profundamente os modos de produção, cujos impactos, principalmente no setor agrícola, seriam eminentemente positivos, o que

beneficiaria a todos. Seria o ponto de partida para uma verdadeira revolução ecológica, cujos efeitos seriam irretroativos.

O Estado, a cúpula política, os cientistas, a sociedade ou quem quer que seja, podem fazer propostas, apresentar iniciativas e tentar influenciar as pessoas a fim de buscar uma solução à caótica realidade do meio ambiente, trabalhando nas causas desse paradigma, e o apoio à agroecologia – agricultura sustentável por excelência – seria o meio mais inteligente e duradouro.

É evidente que os países onde essas necessidades estão longe de serem satisfeitas, isto é, nos menos desenvolvidos, mais especificamente localizados no Hemisfério Sul, deverão progredir de forma que o avanço que seja compatível com um sistema de produção fundado em energias renováveis e, logo, não danosas ao meio ambiente. É indiscutível que essas nações, afetadas diretamente pela exclusão econômica e social que o sistema capitalista de produção, ao ingressar no campo, causou, terão de redirecionar sua geração de alimentos para as populações já atingidas pela fome, o que só é possível através de subsídios do Poder Público para as unidades familiares camponesas, para que os preços caibam no bolso do consumidor.

É importante deixar claro que há a produção em quantidade suficiente, só que o ultrapassado método utilizado pela agroindústria, cujo princípio é o uso intensivo de pesticidas e produção de alimentos transgênicos, já se mostrou insustentável, e mesmo produzindo o bastante não é capaz de atender a todos, pois sua atenção está voltada para as importações e para o lucro, e não para a promoção da socialização dos bens.

Dessa forma, pela lógica ecossocialista, não haveria nenhuma necessidade em reduzir a população, seria necessário, simplesmente, que as pessoas abrissem mão do uso de produtos inúteis, diminuindo o seu consumo e redefinindo o modo de vida, ao optar por alimentos saudáveis provenientes de roças agroecológicas em detrimento dos enlatados, por exemplo. Sendo assim, a utopia socialista e ecológica seria uma possibilidade em consonância com os princípios agroecológicos.

3 O PROBLEMA DA SOBERANIA ALIMENTAR

É direito de todos os povos o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade que atenda às suas necessidades básicas, e é dever do Poder Público contribuir para a efetivação de políticas e realização de práticas agrícolas sustentáveis que favoreçam e tornem possível a sua disponibilidade de forma permanente - o que só é viável se conciliado com uma agricultura que não agrida o ambiente natural.

A causa da fome no mundo, e a própria Revolução Verde fez todos os povos sentirem na pele essa constatação, não é a falta de alimentos, pois estes são produzidos em grande escala. O impasse reside no alto custo deles, causado, principalmente, pelo aumento das exportações aliado a uma produção onerosa, que não é ecologicamente correta, como é o caso do agronegócio – modelo agrícola vigente e que domina o meio rural no Brasil.

Uma prática agrícola que produza em quantidade, realidade que faz parte da maioria dos países, poderia atender a todos aqueles carentes de alimentação mínima e que vivem em situação de miséria. Entretanto, essas pessoas não têm acesso aos produtos pelo fato de não terem poder aquisitivo suficiente para isso.

É nesse contexto que a Agroecologia se mostra eficaz, pois utiliza um sistema de produção no campo que valoriza tanto a natureza ao não agredi-la, como o produtor ao gerar renda, possibilita a produção de gêneros alimentícios sem a utilização de agrotóxicos e não esgota os recursos naturais, além de utilizar energias renováveis, como a solar.

Há algum que tempo, a sociedade vem procurando meios para a disseminação de modos sustentáveis para a produção de alimentos, métodos que visem conciliar saúde humana e proteção ambiental. Isto é, a consolidação do direito fundamental e universal à alimentação.

Garantir o direito à alimentação significa que o Estado deve ter meios para sustentar a própria produção agrícola, de modo a obter uma justa distribuição dos alimentos. É garantir a sua própria soberania ou segurança alimentar, isto é, a autonomia do país na geração de alimentos a fim de atender as necessidades da sua população e evitar escassez alimentícia.

Muitas nações têm se engajado em obrigações internacionais para que o direito alimentar seja cumprido. Para que a necessidade alimentar seja atendida, os métodos de produção e, conseqüentemente, seus resultados, devem ser reajustados e redirecionados, respectivamente, em âmbito mundial, com mudanças nos antigos modos de produção de forma que possibilitem uma justa distribuição dos produtos alimentares.

Uma situação que pode resultar dessa adaptação e que traria efeitos benéficos permanentes a todos os povos, por exemplo, é o redirecionamento dos cereais destinados à ração animal para a alimentação das pessoas. Essa medida contribuiria também para reduzir o excessivo consumo de carne que, num futuro próximo, chegará a níveis de exigência impossíveis de serem correspondidos pela produção.

No combate a fome, agregar valor à renda dos produtores, através do aumento da produtividade, é de suma importância para o desenvolvimento da agricultura e da economia, mas principalmente da soberania alimentar dos países.

De acordo com Laércio Meirelles (2010, p.01), coordenador do Centro Ecológico, que desde 1985 trabalha com o estímulo à produção e ao consumo de produtos ecológicos, é preciso ter em mente que:

O conceito de Soberania Alimentar remete, além disso, a um conjunto mais amplo de relações: ao direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente a concorrência desleal de outros países.

A segurança alimentar ultrapassa fronteiras e está intimamente ligada à soberania do Estado, porque não se pode pensar em autonomia alimentar se a autonomia estatal é frágil.

A nação tem o direito de buscar a sua autossuficiência através da produção sustentável, já que esta traz resultados permanentes, estáveis e em longo prazo. A posição de quem defende essa tese não é ir contra o comércio, mas sim com ele manter uma relação amistosa e de proteção, inclusive ambiental.

SOUZA (apud OLIVEIRA, p. 115) ressalta a necessidade de se buscar a autonomia alimentar quando afirma que:

Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai

deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as commodities garantem saldo na balança comercial o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa.

A insegurança alimentar, principalmente no Brasil, está diretamente associada à decadência do campesinato - classe agricultora que produz valorizando os costumes locais e regionais - e das famílias que vivem no campo, pois acabaram sendo despejadas de suas terras pelo avanço tecnológico e pela consequente reconfiguração do meio rural, causado pelas novas formas de produção baseadas na produtividade, na quantidade e no lucro.

Esse paradigma foi criado com o total apoio do poder público, o que acabou gerando um enorme problema para o Estado, já que a agricultura convencional – baseada em tecnologias e insumos agrícolas e tão incentivada por eles - não foi nem um pouco eficaz para consagrar a soberania alimentar.

Depois que o capitalismo se tornou o modo de produção tido como modelo no mercado mundial, duas formas de manejo agrícola passaram a se confrontar: de um lado estava o agronegócio, baseado em monoculturas, que nada mais objetivava que o lucro e a quantidade a “qualquer preço”, este pago pelos produtores, pela sociedade e inclusive, pelo ambiente. Esse modelo se tornou excludente e ultrapassado. De outro lado, estava a agricultura familiar, voltada para o produtor rural que passou a trabalhar de acordo com os princípios agroecológicos, traduzidos na rotação das culturas e na não utilização de venenos.

Enquanto a agricultura não se modernizar ambientalmente, a fim de que seus resultados alcancem condições financeiras significativas aos produtores e avanço social à sociedade com proteção ao ambiente, continuará sendo uma realidade a crescente redução do preço recebido pelo produtor por seus produtos e o consequente aumento nos preços de insumos e máquinas pagas por eles.

Por isso, a produção agrícola baseada na sustentabilidade demonstra ser o meio mais correto de obtenção de alimentos pelo fato de ser mais eficiente e menos dependente. Ela é soberana, não depende de importações, e conseguiu o improvável, produzir mais com menos.

Os sistemas agroecológicos, mesmo quando comparados com os convencionais, só têm pontos positivos em relação a estes. Eles resistem muito mais às mudanças climáticas, têm poder de restauração da fertilidade dos solos, não

usam venenos, produzem mais com menor custo e são bem menos dependentes, entre muitos outros benefícios.

A tendência à adoção de práticas agroecológicas deveria ser uma constante em todos os países, mas não é isso o que se verifica. Muitos ainda não acreditam serem elas uma alternativa que possa atender as necessidades da humanidade.

SOUZA (apud SILIPRANDI, p. 121) destaca as principais decisões do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar - convocado pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos de Cuba (ANAP), que aconteceu em Havana no ano de 2000 - no que toca às questões de soberania alimentar:

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação à toda população[...] Ela pressupõem uma Reforma Agrária radical, e o apoio às agriculturas familiares, em que as mulheres tenham igualdade de oportunidades e de acesso aos meios de produção[...] Para se obter soberania alimentar, são necessários sistemas produtivos sustentáveis, em que se valorize a soberania e as culturas locais e, em especial, os hábitos alimentares[...] A alimentação jamais será utilizada como arma de pressão econômica e política entre os países.

A soberania alimentar pode ser aplicada em escala local, nacional ou mundial, e tem a finalidade de assegurar a capacidade produtiva alimentar com o objetivo de disponibilizar produtos alimentares de qualidade a toda a população. Diferentemente do que muitos políticos pensam, a importação não assegura a segurança alimentar.

SOUZA (apud Rosset, 2009, pp. 114-115) destaca o que seriam os princípios para que esta soberania fosse, de fato, assegurada:

Segurança alimentar significa que toda criança, mulher e homem precisam estar certos de ter o suficiente para comer todos os dias, mas o conceito não diz nada sobre onde esse alimento vem ou como é produzido. Logo, Washington pode alegar que importar comida barata dos EUA é uma maneira melhor de países pobres alcançarem a segurança alimentar que produzindo comida eles próprios. Importações volumosas de alimento barato e subsidiado, no entanto, arruinariam agricultores locais, expulsando-os da terra. Incham as fileiras dos famintos, e sua segurança alimentar é colocada nas mãos da economia monetária, na medida que migram para favelas urbanas onde não conseguem encontrar empregos com salários para garantir a vida. Para atingir a segurança alimentar genuína, as pessoas em áreas rurais precisam ter acesso à terra produtiva e obter preços para suas colheitas garantindo uma vida digna.

Fica provado que a necessidade de se buscar uma autonomia alimentar vem como resposta a inúmeras ameaças climáticas negativas e conflitos de cunho

político, porque se houver continuidade desses fatores a população seguirá correndo sérios riscos de um futuro desabastecimento.

Outro problema é que, mundialmente, a agricultura familiar traduzida no campesinato está em decadência. A ausência de garantias e perspectivas ao trabalho no campo acaba afastando a juventude do exercício da atividade agrícola, e deixando o futuro da produção e, conseqüentemente, da soberania alimentar, à mercê da mecanização.

A Agroecologia trabalha com o oposto dessa repulsão, ela consegue integrar toda a família, e, cada vez mais, as mulheres no trabalho do campo, com uma produção muito mais atrativa que aquela fechada imposta pelo agronegócio, a rotação de culturas, além de ter um ambiente que propicia qualidade de vida a quem nele trabalha e reside, o que contribui para atrair os jovens para permanecerem no labor campal.

É grande o desafio da agricultura camponesa. Primeiro porque ela precisa ter condições estáveis para produzir alimentos saudáveis, sem agredir o meio ambiente e, em maior escala, para consagrar a autonomia alimentar.

Como defende Machado (2010 p. 26):

É evidente que os resultados virão, mas em longo prazo, e é diante disso que muitos produtores se frustram e desistem, e acabam retornando ao modelo convencional de produção, cujo retorno é “imediato”. Só que é muito importante frisar, que dessa transformação é que depende o futuro da humanidade.

Depois das inúmeras transformações que aconteceram e continuam ocorrendo no campo, cujos efeitos são estruturais - porque permanecerão ao longo da vida de quem os desfrutou -, a Agroecologia vem como um trunfo para conquistar a soberania alimentar através da transformação no e do campo, por meio do enfrentamento às antigas práticas agrícolas que alteraram profundamente a natureza e a vida humana.

Assim, a Agroecologia é uma das poucas esperanças que restam aos países que continuam vivendo os efeitos da Revolução Verde – momento em que o pequeno agricultor teve de se afastar de suas terras diante das inovações tecnológicas que eram introduzidas no campo, sem condições econômicas e técnicas para acompanhá-las e inseri-las no seu trabalho –, pois é o recurso capaz

de fazer com que um Estado seja *mister* em segurança alimentar, o que legitima a soberania alimentar.

Quando uma nação não depende de produtos estrangeiros para fomentar a sua produção, ela se torna resistente diante de possíveis crises alimentares que possam surgir, como a que o Brasil viveu em 2008 e a dos dias atuais, que se mostra cada vez mais visível.

A respeito da crise alimentar de 2008, que atingiu também o Brasil, SILVA (apud ZIEGLER, 2009, p. 119), afirma o seguinte:

A fome e a desnutrição não são efeitos de fatalidade ou de eventos geográficos. Ela é resultado da exclusão de milhões de pessoas do acesso à terra, água, sementes, conhecimentos, bens da natureza para produzirem sua própria existência. Ela é resultado das políticas impostas por governos de países desenvolvidos, por suas empresas transnacionais e seus aliados nos países pobres do sul na perspectiva de manter a continuidade da hegemonia política, econômica, cultural e militar sobre o atual processo de reestruturação econômica global. Graças a essa política, as empresas do norte aumentaram suas vendas e seus lucros enquanto os pobres aumentaram suas dívidas piorando suas condições de vida, aumentando a miséria e a exclusão em todas as partes. É resultado do aumento da concentração do mercado agrícola mundial nas mãos de poucas empresas transnacionais, o que aumentou conseqüentemente a dependência e a subordinação alimentar da maioria dos povos a seus interesses de lucro.

A partir da crise no preço dos alimentos em 2008, a agricultura passou a receber atenção. O que sempre se buscou, na verdade, foi orientação de como deveria ser realizado o direito humano à alimentação através de sistemas agrícolas que produzissem o bastante para atendê-los.

A evolução do modelo agrícola até então vigente e que domina o mercado levou em conta tão somente a possibilidade de simplificar a produção e maximizar seus frutos em curto espaço de tempo, a fim de atender a crescente demanda populacional. Contudo, deixou para trás valores referentes ao agricultor e à sua relação com o ambiente.

Em 2010, o Conselho de Direitos Humanos da ONU se manifestou à cerca do direito à alimentação. De Shutter (2010, p.1) deu uma definição para a Agroecologia da seguinte forma:

Agroecologia como modo de desenvolvimento agrícola, que não só apresenta fortes conexões conceituais com o direito à alimentação, mas tem resultados comprovados para o progresso rápido na concretização desse direito humano para muitos grupos vulneráveis em vários países e ambientes. Além disso, a Agroecologia proporciona as vantagens

complementares às abordagens convencionais mais conhecidas de desenvolvimento de variedades de alto rendimento. E isso contribuiu fortemente para tornar mais amplo o desenvolvimento econômico.

Por intermédio da agricultura convencional, enraizada pela Revolução Verde, a produção agrícola atingiu o seu auge, porém os problemas passaram a ser insuperáveis. É incontestável que houve um grande aumento na produtividade, mas os efeitos negativos causados ao ambiente e à saúde humana, resultantes da mecanização dos modos de produção, foram tamanhos que nem a inovação introduzida na agricultura através dos transgênicos foi capaz de diminuí-los ou controlá-los. Muito pelo contrário, com a inclusão de organismos estranhos na biodiversidade, muitas espécies e cadeias alimentares foram extintas.

No caso dos transgênicos, o maior risco para a cadeia animal é a contaminação e a consequente eliminação de muitas espécies, cujo resultado final será o comprometimento da qualidade dos alimentos, que pode gerar uma enorme insegurança alimentar.

Essa ameaça é causada pelo homem, assim como as mudanças climáticas e os efeitos do uso de pesticidas. Logo, presentes na agricultura, essa combinação gerará o comprometimento da biodiversidade com o consequente declínio das práticas agroecológicas, e o preço final é pago por toda a humanidade, principalmente por aqueles que estão por vir, as gerações futuras.

A segurança alimentar, que historicamente foi fragilizada pelas commodities, pode ser aplicada em todas as escalas e em todos os locais do país. Normalmente procura-se garanti-la a nível nacional na estabilidade dos preços, que pode ser alcançada através da valorização do mercado interno e não com o fomento das importações, que nada mais faz a não ser precarizar o setor agrícola.

Ao conquistar essas condições e ao disponibilizar aos produtores sementes que não foram manipuladas pelo Agronegócio, qualquer país terá meios para sobreviver diante de inesperadas crises.

Aqueles que clamam por uma reforma agrária nos países em desenvolvimento, como os pequenos agricultores e os sem-terra, são alguns dos principais atores dessa busca pela soberania alimentar.

Para possibilitar tal independência é preciso aumentar a produção de alimentos agregando-se tecnologia e sustentabilidade de maneira socialmente

inclusiva, pois somente uma agricultura baseada em valores sustentáveis é capaz de gerar justiça social e ambiental.

A busca pela sobrevivência da humanidade e da biodiversidade é uma preocupação da Agroecologia em si mesma, porque da última depende uma exitosa produção de alimentos que será disponível à primeira. E é exatamente essa sintonia que um sistema sustentável de produção agrícola almeja.

O direito à vida é matriz de todos os demais direitos fundamentais, pois orienta as formas de preservação e cuidado necessários à tutela do meio ambiente. Significa dizer que a vida só pode ser usufruída em sua integridade.

3.1 O DIREITO A FAVOR DA AGROECOLOGIA

Todo Estado deve buscar a promoção e proteção dos direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento, que deve ser alcançado através de uma agricultura ecologicamente correta.

É notável o esforço – ainda que pequeno - que órgãos do governo realizam para inserir o tema da Agroecologia na agenda das políticas públicas do país. Um exemplo é a ação coordenada e integrada de vários ministérios na elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), estabelecida como uma das metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A PNAPO foi instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, com o objetivo de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os municípios, as organizações civis e particulares para a criação de políticas que fomentem a transição para uma agricultura agroecológica, de base sustentável, a fim de proporcionar a toda população alimentos saudáveis.

É um passo muito importante na busca por segurança alimentar, que só poderá ser obtida através do apoio do Estado através de créditos e tributos facilitados e privilegiados, previstos pela própria PNAPO, que possam contribuir para a substituição da agricultura convencional (industrial) para a agroecológica (sustentável e ecologicamente correta).

Outra forma de incentivar a agricultura orgânica é a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que trata do seu conceito e das suas finalidades – muito semelhantes as do sistema agroecológico.

Esta lei procurou deixar claro que os meios pelos quais os produtos orgânicos são produzidos são totalmente sustentáveis, através da priorização de métodos ecológicos na sua elaboração.

É uma lei que tem como parâmetros as preocupações social, econômica e ambiental, traduzidas através da produção que almeja incentivar, sobretudo no que se refere à qualidade do gênero alimentar que chegará até a mesa das pessoas. Em razão disso, ela repele o uso de produtos sintéticos (provenientes de energia fóssil) e transgênicos (organismos geneticamente modificados) no meio ambiente, a fim de preservar a biodiversidade, já que tais produtos só contribuem para a diminuição do número de espécies animais e vegetais e, conseqüentemente, dos recursos naturais (solo, água e ar).

A inclusão do produtor agroecológico no mercado também é garantida através das possibilidades presentes em projetos nacionais, por meio do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 regulamentou-se a certificação orgânica, que será concedida após inúmeras avaliações do método de produção utilizado pelos produtores, o qual deve ser predominantemente sustentável.

Com esse decreto ficam estabelecidas as diretrizes para uma produção orgânica, que tem de partir de uma agricultura agroecológica e utilizar-se de meios que respeitem as legislações ambientais e trabalhistas.

Além disso, há o dever de não agressão ao meio ambiente e de preservação dos ecossistemas e dos recursos naturais - que são fontes de vida – somados ao respeito pela cultura e pelo conhecimento do produtor agrícola, o qual deve ter a sua dignidade preservada diante da importância da sua força de trabalho.

O Decreto nº 6.323 procurou também disponibilizar mercado para os produtos orgânicos, que devem ser nomeados com a designação “orgânicos” para assim transitarem e serem acertadamente reconhecidos no comércio interno.

Os agricultores, para terem o fruto do seu trabalho à venda no mercado, devem estar regularizados junto aos órgãos competentes e deverão ser frequentemente fiscalizados, tanto no que concerne à sua autorização como no que se refere à qualidade dos seus produtos.

No Rio Grande do Sul, a Lei nº 14.486, de 30 de janeiro de 2014 instituiu a Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica, com a finalidade de apoiar a agricultura agroecológica e a transição para um sistema sustentável. Ou seja, procura incentivar um método de produção agrícola que produza o suficiente

para atender a população, mas que vise, em primeiro lugar, a qualidade de cada produto que chegará a mesa do consumidor final.

Essa lei guia-se pelos mesmos princípios da Agroecologia: a busca pela sustentabilidade com a conseqüente preservação e melhoria ambientais que alcance a tão sonhada justiça social, a qual só pode ser conquistada com o êxito da soberania alimentar.

Um de seus pontos fortes é que a lei protege os agricultores familiares que produzem pelo sistema agroecológico, livre de insumos e fertilizantes, e também os que produzem alimentos orgânicos ou os que ainda estão em fase de transição para a Agroecologia, desde que o seu método de produção não cause impactos ambientais.

É um bom exemplo de apoio estatal aos agricultores que têm consciência ambiental, concretizado por meio de créditos e subsídios rurais, tributos diferenciados para que não extingam suas atividades por se tornarem onerosas, assistência técnica para a evolução da produção e acesso aos mercados para facilitar a comercialização dos produtos sustentáveis.

Todas essas situações refletem bem o que a Constituição Federal de 1988 garante ao assegurar que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, e que este é um bem de todos aqueles que também têm o dever de atuar em prol da sua preservação.

Pode-se, dessa forma afirmar, que a Agroecologia é mais que o exercício de um direito, é a garantia de justiça ambiental.

CONCLUSÃO

A relação entre homem e meio ambiente tem por base a interdependência de seus integrantes. Vínculo esse que, para ser equilibrado, saudável e fonte de qualidade de vida, depende exclusivamente da conduta de um desses integrantes: o homem.

O ser humano é o grande agente e o maior responsável no liame homem e meio ambiente, pois é, ao mesmo tempo, agressor e defensor da biodiversidade.

Hoje, trilha-se um caminho que busca a conscientização ecológica do ser humano em todos os seus atos: desde o trabalho desenvolvido na origem do alimento que por todos serão consumidos, até o material com o qual são confeccionados produtos que fazem parte de sua vida, como roupas, material escolar, livros, produtos de limpeza e etc.

Toda essa preocupação fez surgir um novo tipo de cidadão, responsável por suas ações com relação aos meios naturais que são praticadas através do exercício de direitos e deveres ambientais.

Há, com isso, uma transformação das ideias de cidadania, de função social da propriedade, de prestação do serviço público, de maior participação da sociedade na defesa dos recursos naturais, de valorização de culturas tradicionais. Modificação que se converte em alternativas melhores para todos e se reflete em dimensões econômicas e sociais muito mais justas.

Nessa alteração, a Agroecologia surge como uma solução porque agrega fatores positivos da prática tradicional com elementos favoráveis das ferramentas modernas e tecnológicas.

É caminho para a justiça social porque através de seus métodos motiva a conciliação entre meio ambiente, consciência ambiental e crescimento sustentável para o meio rural.

Repensar o uso da tecnologia para a realização de produções agrícolas mais saudáveis, que gerem, além de alimentos de qualidade, emprego, renda e inclusão social para quem vive do trabalho rural, é medida de caráter urgente. Mas não é o suficiente.

É necessária uma nova interpretação dos significados de progresso e desenvolvimento para que a garantia de usufruto de um meio ambiente equilibrado

para todas as formas de vida seja uma realidade constante, e não apenas uma utopia.

Ou seja, é preciso que as mudanças comecem na fonte, que é o trabalho daqueles que tiram da terra o seu sustento. A conscientização ambiental é responsabilidade de todos, e quando presente desde o início da produção, no cuidado com o solo, a água e os meios naturais que fazem parte do ambiente rural, os benefícios são sentidos em todas as esferas, humanas e ambientais.

Assim, a Agroecologia se mostra como uma alternativa cheia de proveitos sociais, ambientais e econômicos, pois as mudanças que aplica na prática da produção agrícola tornam-se resultados positivos na saúde – com a melhoria da qualidade dos alimentos produzidos sem produtos tóxicos –, na educação da população rural, que vê o seu conhecimento valorizado, ganha confiança no seu trabalho e acaba agindo com zelo no seu papel como cidadão; e na economia – porque é incentivo às pequenas e médias produções e aos mercados locais e regionais, resultados esses alicerçados em princípios ambientais que permeiam todas as formas de vida.

A Agroecologia é prova de que uma agricultura bem desenvolvida, ecologicamente equilibrada, com respeito aos recursos naturais, é possível, e que quando essa consciência começa no início da cadeia de produção todos ganham em qualidade de vida.

A coletividade e o Poder Público têm a obrigação de defender esse padrão de vida, essencialmente dependente dos recursos naturais, pois o meio ambiente, como bem explicita a Constituição, é um bem de todos, inclusive das gerações que estão por vir.

Principalmente porque não se trata apenas de um estilo de vida, é também garantia de segurança alimentar para todos, pois as populações mais carentes já sofrem com a falta de alimentos saudáveis, e os centros urbanos já sentem os efeitos de um meio rural mal tratado e mal conservado.

Para que as mudanças realmente ocorram, de maneira que possam ser percebidas por todos, é preciso um trabalho conjunto entre o Estado e a sociedade, para que métodos mais saudáveis sejam unanimidade na atividade agrícola e para que o trabalho de quem valoriza tais procedimentos seja reconhecido.

É imperioso que as leis sejam mais possíveis de serem cumpridas e que a fiscalização por parte do Estado seja realmente mais eficiente e punitiva; ainda, é

urgente que haja maior incentivo em consciência ambiental, que vai desde a escola até a economia.

Com tudo isso, fica evidente que a Agroecologia se mostra o meio mais eficiente e consciente para a preservação e a conservação não só do ambiente natural, mas também da cultura e das tradições daqueles que detém o poder da transformação, com destaque para a força de trabalho do campo.

A situação ambiental mundial suplica por novas interpretações de práticas importantes para a sobrevivência da humanidade, que tragam novas ideias e gerem métodos mais limpos, responsáveis e que estejam disponíveis financeiramente para todos, pois como dito anteriormente, o ambiental não se separa do social; o homem é parte da natureza.

A relação entre o ser humano e a natureza tem de ser permeada por uma eterna busca de soluções que tornem essa ligação sempre melhor, porque a sua qualidade é o fator principal da sobrevivência de ambos, e a melhor maneira de se exercer a plena dignidade humana e ambiental é através dessa sintonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.831/2003**. Texto publicado em 24 de dezembro de 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm#art1> Acesso em: 09.ago.2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.323/2007**. Texto publicado em 28 de dezembro de 2007. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6323.htm> Acesso em: 09.ago.2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.794/2012**. Texto publicado em de 21 de agosto de 2012 e retificado em 22 de agosto de 2012. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>

Acesso em: 09.ago.2015.

BRASIL. **Lei nº 14.486/2014**. Texto publicado em 31 de janeiro de 2014. Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.486.pdf>>

Acesso em: 09.ago.2015.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. **A Dialética da Agroecologia. Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. Editora Expressão Popular. 1º Edição. São Paulo, 2014.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Pastoreio Racional Voisin**. Editora Expressão Popular. 3º Edição. São Paulo, 2010.

MOLINARO, Carlos Alberto. **Direito Ambiental. Proibição de Retrocesso**. Editora Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2007.

LOWY, Michael. **O que é o Ecossocialismo?** Editora Cortez. 2º Edição. São Paulo, 2014.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. **A Agroecologia: estratégias de pesquisa e valores**. Estudos avançados Nº 29. 2015.

PNUMA. **Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – síntese para tomadores de decisão, 2009.** Disponível em:

<http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_pt.pdf> Acesso em: 13.ago.2015.

MEIRELLES, Laércio. **Agroecologia, Mercados Locais e Soberania Alimentar.** Disponível em:

<http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=13> Acesso em: 13.ago.2015.

ROSSET, Peter Michae. et al. **Revolução Agroecológica. O Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba.** Editora Expressão Popular. Tradução de Ana Corbisier. 2º Edição. São Paulo, 2013.

SCHUTTER, Olivier de. **Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada.** Relatório Especial da ONU Para Direito à Alimentação. Brasília, DF: MDS, 2012.

SOUZA, Alessandra Silva. **Questão Agrária e Agroecologia: autonomia e diversidade na reconstrução do meio rural.** Revista do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009.

SOUZA, Alessandra Silva. **Um debate à cerca da soberania alimentar e da agroecologia: um desafio de percepção e de prática. Ou, de que lado é o meu quintal?** Revista Pegada – vol. 10 n.1 113 Junho/2009.

WORSTER, Donald. **Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história.** Publicado em *Journal of American History*, em Março de 1990.